



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2021 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

REGIDO PELA LEI Nº. 10.520/02, DECRETO FEDERAL Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, DECRETO MUNICIPAL Nº. 021/2020, DECRETO MUNICIPAL nº 20 02 001/2017, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES.

INTERESSADO:

Secretaria Municipal De Infraestrutura, Urbanismo e Trânsito e Secretaria Municipal De Agricultura Pecuária E Pesca.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

070/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº

039/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR:

SECRETARIA MUNICIPAL DE
INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRÂNSITO

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

Secretaria Municipal De Agricultura Pecuária E Pesca.

TIPO DE LICITAÇÃO:

MENOR PREÇO "POR ITEM"

REGIME DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO:

FORNECIMENTO PARCELADO

OBJETO:

Eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de peças e acessórios para máquinas, de interesse desta Administração Pública Municipal, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, nas especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência, **Anexo I** do Presente Edital.

O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

Início: 17/09/2021

Término: 30/09/2021, às 08:59hs (Horário de Brasília)

SESSÃO PÚBLICA: 30/09/2021, às 09:00h (Horário de Brasília)

Será sempre considerado o **horário de Brasília (DF)** para todas as indicações de tempo constantes neste Edital, em que não esteja disposto "Horário Local".

DIA, HORÁRIO, LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL

DIA: Segunda a Sexta-feira

HORÁRIO: das 08:00hs às 12:00hs (horário local).

LOCAL: Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Lima Campos, localizada na Av. JK, s/nº - Bairro Centro - Lima Campos/Maranhão. E-mail: licitacao@limacampos.ma.gov.br.

O edital poderá ser retirado gratuitamente nos sítios: www.portaldecompraspublicas.com.br ou www.limacampos.ma.gov.br

JOSÉ RONALDO BARROS SANTANA
Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo
e Trânsito
Decreto nº 008/2021

Este instrumento contém:
Edital e seus anexos com **76 (setenta e seis)**
páginas, incluindo esta, numericamente ordenadas.



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 039/2021

DISPUTA ABERTA

(Processo Administrativo n.º 070/2021)

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**“LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS – MEs,
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPPs.”**

Torna-se público que O MUNICÍPIO DE LIMA CAMPOS-MA, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Trânsito, realizará às **09:00hs, do dia 30/09/2021**, licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento do tipo menor preço “POR ITEM”, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário (fornecimento parcelado), nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal nº. 021/2020, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

A Presente Licitação reger-se-á pelas disposições da LEI FEDERAL Nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº. 021/2020, Decreto Municipal nº. 20 02 001/2017, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº. 147/2014, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a LEI FEDERAL Nº 8.666/1993, e demais normas aplicáveis ao procedimento licitatório em epígrafe.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica: www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente Instruído à autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas neste edital e as constantes no sistema portaldecompraspublicas, prevalecerão as descritas neste edital.

1. DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

1.1. O presente Pregão tem por objeto a eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de peças e acessórios para máquinas, de interesse desta Administração Pública Municipal, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, nas especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência, **Anexo I do Presente Edital**.



1.2. O preço estimado do objeto da presente licitação é **R\$ 1.441.306,88 (um milhão quatrocentos e quarenta e um mil trezentos e seis reais e oitenta e oito centavos)**.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Tendo em vista que a licitação para Registro de Preços independe de previsão de dotação orçamentário, conforme dispõe o **Decreto Municipal nº 20 02 001/2017**, e Decreto Federal nº. 7.892/2013, as Dotações Orçamentárias, com saldo suficiente para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto serão informadas nos respectivos contratos ou instrumentos equivalentes, que poderão advir do presente procedimento licitatório. No entanto, para efeito de classificação orçamentária, seguem as rubricas informadas pelo setor contábil, com vigência para o exercício em curso:

SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRÂNSITO:

UNI.ORÇAMENTÁRIA: 0801 – Sec. Mun. de Infraestrutura, Urbanismo e Trânsito
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 26.122.0061
PROJ.ATIVIDADE: 2.026 – Manutenção do Transporte da Sec. Mun. de Infra-Estrutura
ELEM. DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de consumo

SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA PECUARIA E PESCA:

UNI.ORÇAMENTÁRIA: 0701 – Sec. Mun. de Agricultura, Pecuaria e Pesca
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 20.605.0013
PROJ.ATIVIDADE: 2.021 – Manutenção do Transporte da Sec. Agricultura
ELEM. DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – Material de consumo

2.2. Em caso de eventuais contratações que poderão advir da Ata de Registro de Preços, as despesas decorrentes destes contratos administrativos correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente à época das referidas contratações.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portadecompraspublicas.com.br.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme segue:

4.2.1. Esta licitação é destinada à participação **EXCLUSIVA de microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, uma vez que os valores totais estimados dos itens de contratação estão abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

4.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5 que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “**sim**” ou “**não**” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.4.1.1 A mera declaração como ME ou EPP ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a empresa à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

4.4.1.2 Para a verificação da fraude prevista no subitem anterior, a Prefeitura Municipal de Lima Campos poderá realizar procedimentos complementares, mediante diligência, tais como solicitação de Demonstração do Resultado do Exercício – DRE do exercício anterior e/ou outros demonstrativos contábeis/documentos que julgue necessários, apresentados na forma da Lei, por fotocópias devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou em outro órgão equivalente, a fim de subsidiar a verificação do atendimento, pelas licitantes, às exigências da LC nº 123/2006.



4.4.1.3 Também serão aceitas a DRE e outras demonstrações disponibilizadas via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

4.4.1.4 A confirmação acerca do atendimento, pelas licitantes, da condição de ME ou EPP também poderá ser realizada por meio da disponibilização de Documentos Fiscais Oficiais, tais como a Declaração do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional, devidamente transmitida à Receita Federal do Brasil, desde que os dados permitam identificar as informações acerca do faturamento bruto do exercício em análise.

4.4.1.5 Para fins de definição do “último exercício social” da DRE a ser exigida, será considerado, na data de abertura da sessão pública, o limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, nos termos do que fixa o Art. 16, §4º da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018.

4.4.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3 que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da legislação vigente.

4.4.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.5. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação, e somente após requisição do Pregoeiro.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio desse documento.

5.2 O Envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art, 43, §1º, da LC nº 123, de 2006.



5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Quantidade ofertada;

6.1.2 Valor unitário do item;

6.1.3 Valor global do item;

6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações compatíveis com a especificação do Termo de Referência: indicando marca/modelo, fabricante prazo de validade ou de garantia.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.

6.4 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.7 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.7.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo órgão de controle competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada



ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4.1 Durante a fase de lances, não serão aceitos contatos telefônicos, ou via e-mail, com o(a) Pregoeiro(a) e com a equipe de apoio, inclusive para pedidos de exclusão de lances dados equivocadamente, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, já que tal ato configura a identificação da licitante durante a sessão pública, o que é legalmente vedado.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor **unitário**.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

7.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lances ofertados nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à autoridade/órgão competente;

7.15.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempos superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 O Critério de julgamento adotado será o **menor preço “por item”**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.21 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.23 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado, se for o caso.

7.23.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:

7.23.1.1 produzidos por empresas brasileiras;

7.23.1.2 produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



7.23.1.3 produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.23.1.4. produzidos no país.

7.24. Persistindo o empate entre propostas, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das prevista deste Edital.

7.25.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade de preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no §9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos da legislação vigente, que:

8.2.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.2.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.2.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.2.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU – Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.4.1 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.2.4.1.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do



artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.3.1 A inobservância do prazo fixado pelo(a) Pregoeiro(a) para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a recusa da proposta.

8.4. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

8.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.5.1 Na hipótese de necessidade de suspensão de sessão pública para a realização de diligências, com vista ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.3. O detentor da melhor proposta **poderá** ser instado a realizar a apresentação de amostras dos produtos ofertados, na forma estabelecida no Termo de Referência.

8.6.4 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destaca-se **ainda** a proposta comercial readequada com o valor final ofertado.

8.7. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

8.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9. DA HABILITAÇÃO



9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF, quando for o caso;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, nos documentos exigidos neste edital, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômica financeira.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do cadastro para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será



convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante a apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferentes números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto do **item 5.3**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.9.6.1. certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.9.6.2. certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à dívida ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.9.7. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.9.7.1. certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

9.9.7.2. certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à Dívida ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante;

9.9.8. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual e/ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.9. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.10.1. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;



9.10.1.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.1.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.2. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{ISG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

9.10.3. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total cotado pela licitante ou do item pertinente.

9.10.4. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

9.10.4.1 Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;

9.10.4.2 Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): Por fotocópia devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, acompanhado dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário;

9.10.4.3 Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: Por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.10.4.4. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.10.5. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

9.10.6. O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).



9.10.7. Será aceita também a apresentação de balanços e demais demonstrações contábeis intermediárias, referentes ao exercício em curso, na forma da lei, devidamente assinados pelo representante legal e pelo Contador responsável, e registrados em Junta Comercial.

9.10.8. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação quando não vier expresso na certidão;

9.10.8.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.11.1. Apresentar para fins de Qualificação Técnica, no mínimo 01 (um) Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, preferencialmente em papel timbrado, de modo a comprovar que a Licitante já forneceu ou está fornecendo satisfatoriamente o(s) item(ns) objeto deste edital, e dentro dos prazos estabelecidos. O Atestado/Declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, local, data e o nome do responsável pela entidade.

9.11.1.1. A Prefeitura Municipal de Lima Campos (MA) se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), podendo, requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista da ME/EPP, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



9.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo **trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo,



intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11.5. Não serão conhecidos recursos interpostos fora do sistema eletrônico ou intempestivamente.

11.5.1. O não conhecimento do recurso não impede o seu acolhimento na qualidade de petição.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Após a homologação do resultado da presente licitação, o Município de Lima Campos (MA), através do Órgão Gerenciador, convocará a(s) empresa(s) adjudicatária(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, observado o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da Notificação.

14.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para



assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.2 - O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

14.3 - É facultado à Administração, quando a proponente vencedora não apresentar situação regular no ato da Assinatura da Ata de Registro de Preços, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, ou revogar este Pregão, independentemente da aplicação das sanções previstas neste Edital, observado o disposto no subitem 14.8.

14.3.1 - Na sessão de reabertura do pregão, O(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a proponente, obedecida a ordem de classificação, para que seja obtido preço melhor.

14.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

14.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.5.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na seqüência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6. A Ata de Registro de Preços estará integralmente vinculada ao presente Edital, inclusive a seus demais Anexos, em todas as suas cláusulas, e às Propostas recebidas e homologadas por ocasião da sessão pública do certame, independentemente de transcrição, bem como obedecerá, na íntegra, ao Decreto Municipal nº 20 02 001/2017, Decreto Federal nº. 7.892/13, alterado pelo Decreto nº 8.250/14, à Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e a toda a legislação pertinente.

14.7. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir do cumprimento dos requisitos de publicidade oficial, e estará integralmente condicionada às cláusulas deste Edital, independentemente de transcrição.

14.8. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções a ele previstas neste Edital, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS, registrará os demais licitantes, na ordem de classificação.

14.9. A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações.

14.10. O registro a que se refere o item 14.5.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no Decreto Federal nº 7.892/13.



14.11. Se houver mais de um licitante que aceitar cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, serão classificados segundo a ordem do último lance apresentado durante a fase competitiva.

14.12. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

14.13. DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

14.13.1 A Prefeitura Municipal de Lima Campos adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata, incluindo o acompanhamento periódico dos preços praticados no mercado para os serviços registrados, nas mesmas condições de execução.

14.13.2 Durante a vigência da ata, os preços registrados serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, devidamente comprovada, ou quando os preços praticados no mercado sofrerem redução.

14.13.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no Art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

14.13.4. A beneficiária, quando for o caso previsto acima, deverá formular à administração requerimento para a revisão comprovando a ocorrência do fato.

14.13.5. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da Proposta e do momento do pedido da revisão.

14.13.6. Junto com o requerimento a beneficiária deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da Proposta e do momento do pedido de revisão, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

14.13.7. A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão dos valores pactuados.

14.13.8 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante poderá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

14.13.9. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

14.13.10. Na hipótese do parágrafo anterior, o Contratante convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

14.13.11. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento;

II - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.



14.13.12 Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.14. DOS USUÁRIOS

14.14.1. Nos termos do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, de acordo com as condições e as regras estabelecidas na legislação aplicável à matéria.

14.14.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração da utilização da ata de registro de preços;

14.14.1.2. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.14.1.3. As adesões às atas somente poderão ser efetuadas com autorização do órgão gerenciador. Após a autorização do órgão gerenciador, o "carona" deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

14.14.1.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgãos ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.14.2 Os órgãos usuários não serão obrigados a contratar os serviços registrados dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, podendo valer-se de outros meios legais para adquiri-los, observado o disposto neste edital e seus anexos.

14.14.3 É assegurada aos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços a preferência de fornecimento, quando, na hipótese de que trata o **subitem 14.14.2**, do processo específico para compra, resultar preço igual ou superior ao registrado.

14.15. DO CANCELAMENTO

14.15.1 O Fornecedor terá o seu Registro de Preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) - descumprir as condições da ata de registro de preços ou exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços;
- b) - não assinar o contrato, retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.



e) - forem observadas razões de interesse público, nos termos do art. 78, inciso XII, da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovadas;

14.15.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas letras “a”, “b” e “d” deste item, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.15.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) - por razão de interesse público; ou

b) - a pedido do fornecedor.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL E GARANTIA DOS BENS

15.1. Não será exigida a prestação de garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/93, na presente contratação.

15.2. As peças/acessórios deverão ter garantia mínima de 06 (seis) meses, ou deverão ter garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante, o que for maior, a contar do recebimento definitivo dos produtos pela Administração Municipal.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto da presente licitação.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 Quando da existência de demanda para os serviços registrados, o Município de Lima Campos/MA, por meio da SECRETARIA REQUISITANTE, convocará o detentor do preço registrado para a assinatura do contrato (**Anexo IV**) que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis, prazo este que poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Contratante.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3. A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas a Prefeitura Municipal de Lima Campos/MA para que este delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova empresa comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no Edital.



17.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.5. O prazo de vigência da contratação é o previsto no Termo de Referência, **Anexo I** do presente Edital.

17.6. Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.6.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor estiver inscrito no SICAF, deste poderá ser dispensada a documentação abrangida pelo referido cadastro.

17.7. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

19. DA EXECUÇÃO, RECEBIMENTO DO OBJETO E DA ACEITAÇÃO

19.1. Os critérios de execução, recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da contratante e da Contratada são no termo de referência, bem como na Minuta do Contrato.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, bem como na Minuta do Contrato, anexos a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.



22.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, não entregar a documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, causar o atraso na execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, declarar informações falsas, e cometer fraude fiscal, mediante procedimento administrativo que lhe assegurará o contraditório e a ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Lima Campos/MA, e será descredenciado no Sicaf, e do sistema de cadastramento municipal, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa.

22.2 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste edital, erros ou atraso e quaisquer outras irregularidades não justificadas, poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes penalidades:

22.2.1 Multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do Contrato em caso de atraso na entrega do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis na substituição de serviços executados em desacordo com o edital, termo de referência e contrato. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea “a”, do subitem 22.2.1., ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

22.3 A sanção de impedimento do direito de licitar ou contratar com o Município de Lima Campos – MA, poderá ser aplicada ao fornecedor juntamente com a de multa. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

22.4 As multas previstas neste Edital, serão descontadas após regular processo administrativo, dos pagamentos devidos pela Contratante.

22.5 Se não restarem pendentes valores a serem pagos ao fornecedor ou se os valores das multas forem superiores aos pagamentos devidos, fica o FORNECEDOR ou ADJUCATÁRIO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da notificação, devendo ser apresentado o comprovante de pagamento a esta Prefeitura Municipal, sob pena de cobrança judicial.



22.6 Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

22.7 A solicitação de prorrogação, com sua justificativa, deverá ser formulada por escrito e encaminhada com antecedência mínima de 01 (um) dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

22.8 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

22.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro de fornecedores municipal e no SICAF e, no caso de impedimento do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

22.10. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

22.11. Nenhum pagamento será feito à empresa contratada, antes de pagas ou relevadas as multas que lhe tenham sido aplicadas.

23. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

23.1. Os critérios de controle e fiscalização do objeto estão previstos no Termo de Referência, anexo I deste Edital.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@limacampos.ma.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. JK, S/N, Bairro Centro, Lima Campos-MA, CEP 6572-8000 (Prefeitura Municipal de Lima Campos/MA).

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. A republicação do edital somente não será realizada se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste Edital.

24.7. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contados da data do recebimento do pedido e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.



24.7.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS AMOSTRAS

25.1. O Pregoeiro **poderá** solicitar do licitante provisoriamente classificado em 1º lugar, a apresentação de amostras, na forma do Termo de Referência.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

26.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

26.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.6. Fica assegurado à Administração Municipal o direito de, no seu interesse, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência às participantes, na forma da legislação vigente.

26.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.11. Qualquer marca mencionada nas descrições dos itens constantes na planilha orçamentária do Termo de Referência, servirá apenas como referência para julgamento e/ou classificação.

26.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as do Termo de Referência e seus anexos.



26.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e <http://www.limacampos.gov.br>, e também poderá ser lido e/ou obtido na Sede da Prefeitura Municipal de Lima Campos – MA, sito à Av. JK, s/n, Bairro Centro, Lima Campos-MA, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas, mesmo endereço e período ‘no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

26.14. As licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítios mencionados no **subitem 26.13**, das eventuais republicações e/ou retificações de edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

26.15. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Pedreiras-MA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

26.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

26.16.1. ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos;

26.16.3. ANEXO II – Modelo de Proposta;

26.16.4. ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços

26.16.5. ANEXO IV – Minuta do Termo de Contrato.

Lima Campos (MA), 14 de setembro de 2021.

José Ronaldo Barros Santana
Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Trânsito
Decreto nº 008/2021



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2021 ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA

1.1. A aquisição se faz necessária devido à necessidade de promover a substituição das peças e acessórios desgastados e danificados da frota de máquinas deste Município, visando manter as máquinas que estão sob a responsabilidade das Secretarias Municipais em condições de funcionamento, garantindo a segurança dos usuários e o atendimento aos demais serviços do Município.

1.2. As máquinas constituem ferramentas indispensáveis às atribuições da Administração Municipal, sendo imprescindíveis que estejam sempre em condições satisfatórias de uso.

1.3. A aquisição dos itens abaixo relacionados, se faz necessária para a prevenção, manutenção, reposição e reparo das peças, componentes e acessórios avariados, solucionando eventuais problemas que possam ocorrer em virtude do desgaste pelo uso contínuo, visando assim, condições necessárias para uma boa conservação destes bens e evitando a paralisação dos mesmos, impactando no bom andamento dos serviços públicos que necessitam de máquinas para recuperação de estradas vicinais, manutenção de vias públicas, e, ainda, zelar pela segurança dos usuários da municipalidade, bem como pela conservação do patrimônio público, o qual é responsabilidade do poder público.

1.4. A modalidade licitatória eleita para realização da presente aquisição é o PREGÃO ELETRÔNICO, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, considerando que os bens que serão objeto da contratação guardam conformidade com o art. 1º da lei 10.520/02, possuindo padronização comum com qualidades técnicas de fácil especificação pelo instrumento convocatório.

1.5. É importante destacar ainda que, pelas características dos produtos elencados no presente procedimento licitatório, surge a necessidade de contratações frequentes, como também a conveniência para outros fornecimentos da mesma espécie, uma vez que não se tem como presumir a necessidade de abastecimento dos bens referenciados em epígrafe. Sendo assim, o presente procedimento clama pela utilização do instituto do Registro de preços (SRP).

1.6. Por tanto, a presente contratação visa dar continuidade e ainda garantir o fornecimento de peças e acessórios para máquinas nas dependências das Secretarias Requisitantes, durante o período de 12 (doze) meses.

1.7. A natureza do objeto deste Termo, dadas suas características, enquadra-se como bens comuns, haja vista os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas serem as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, serem licitados por meio do Pregão Eletrônico.

1.8. A Adoção do SRP – Sistema de Registro de Preços – justifica-se pela conveniência da aquisição parcelada dos produtos para atender às demandas do Município, uma vez que neste momento o orçamento não será liberado em sua totalidade, de acordo com a previsão conda no inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e que outros órgãos poderão aderir à Ata de Registro de Preços.



1.9. Em relação à forma, cumpre esclarecer que o Sistema de Registro de Preços (SRP) é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras. Dentre as vantagens em se utilizar o SRP destacamos as seguintes: a) Possibilidade de maior economia de escala, uma vez que diversos órgãos e entidades podem participar da mesma ARP, adquirindo em conjunto produtos ou serviços para o prazo de até 01 (um) ano, atendendo assim ao princípio da Economicidade. b) Aumento da eficiência administrativa, pois promove a redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro. c) Otimização dos processos de contratação de bens e serviços pela Administração. d) Possibilidade de o fornecimento ocorrer somente quando surgir a necessidade em se adquirir os itens registrados. e) Ausência da obrigatoriedade em se adquirir os itens registrados, quer seja em suas quantidades parciais ou totais. f) O orçamento é disponibilizado apenas no momento da contratação. g) Celeridade da contratação, haja vista que se têm preços registrados. h) Atendimento de demandas imprevisíveis. i) Maior eficiência logística.

1.10. O quantitativo estimado neste Termo de Referência baseia-se no consumo das Secretarias Requisitantes dos anos anteriores, contudo esse quantitativo estará condicionado a diversos fatores externos como mudanças climáticas, fluxo de pessoas, dentre outros, não representando qualquer fonte de obrigação da Administração em efetuar a aquisição em sua totalidade.

1.11. Diante de todo o exposto, para suprir as necessidades das Secretarias Requisitantes, com vistas a garantir o regular desempenho das atividades desenvolvidas pela mesma no âmbito da Administração Pública, indispensável se faz a aquisição do objeto. A presente contratação se dá pela necessidade de fornecimento de peças e acessórios para máquinas apropriada para suprir as necessidades da secretaria requisitante.

2. OBJETO

2.1. O presente termo de referência tem por objeto a eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de peças e acessórios para máquinas, de interesse desta Administração Pública, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

3. VALOR ESTIMADO

3.1 O preço considerado como estimativa para o objeto do presente termo de referência foi determinado com base em ampla pesquisa de preços de mercado. Com base em tal procedimento, foi estimado o valor total de **R\$ 1.441.306,88 (um milhão quatrocentos e quarenta e um mil trezentos e seis reais e oitenta e oito centavos)**.

4. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1 As especificações e quantitativos dos produtos a serem adquiridos, e demais exigências são as seguintes:

SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRANSITO. VOLVO L60F ANO 2017						
ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	11110176	FILTRO AR	UND	20	R\$ 154,67	R\$ 3.093,40



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
CNPJ Nº 06.933.519/0001-09
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRÂNSITO

2	11110175	FILTRO DE AR	UND	20	R\$ 199,33	R\$ 3.986,60
3	11110683	FILTRO SEPARADOR	UND	20	R\$ 185,47	R\$ 3.709,40
4	20890422	KIT CILINDRO PISTÃO E CAMISA	UND	12	R\$ 1.778,57	R\$ 21.342,84
5	20799069	JOGO DE ANEIS DO PISTÃO	UND	12	R\$ 216,67	R\$ 2.600,04
6	3831236	FILTRO LUB.	UND	12	R\$ 109,67	R\$ 1.316,04
7	20518337	BOMBA COMBUSTIVEL	UND	4	R\$ 1.806,66	R\$ 7.226,64
8	20805349	FILTRO DONALDSON	UND	20	R\$ 66,00	R\$ 1.320,00
9	11709868	REPARO CIL. INLIN.	UND	8	R\$ 184,67	R\$ 1.477,36
10	11709998	REPARO CIL. LEVANT.	UND	8	R\$ 290,53	R\$ 2.324,24
11	11708551	FILTRO	UND	20	R\$ 76,00	R\$ 1.520,00
12	75245516-C	LAMINA CEI	UND	6	R\$ 3.755,67	R\$ 22.534,02
13	11103424	PLACA SEM FURO	UND	6	R\$ 669,58	R\$ 4.017,48
14	11703590	DISCO FREIO PAPER	UND	48	R\$ 663,33	R\$ 31.839,84
15	11035346	ANEL PISTÃO FREIO	UND	24	R\$ 63,33	R\$ 1.519,92
16	11035345	ANEL PISTÃO FREIO	UND	24	R\$ 50,00	R\$ 1.200,00
17	111173688	ACUMULADOR	UND	4	R\$ 934,07	R\$ 3.736,28
18	11708883	KIT PASTILHA COM 2 PEÇAS SEM PARAF.	UND	6	R\$ 299,07	R\$ 1.794,42
19	11709872	REPARO	UND	6	R\$ 299,33	R\$ 1.795,98
20	11107406/A	BUCHA DE AÇO L-60/70	UND	2	R\$ 97,73	R\$ 195,46
21	11101299	BUCHA L-60/70	UND	6	R\$ 152,00	R\$ 912,00
22	11100994/A	BUCHA DE AÇO L-60/70	UND	6	R\$ 102,62	R\$ 615,72
23	11100984	PINO L-60/70	UND	6	R\$ 176,83	R\$ 1.060,98
24	11177045/A	BUCHA DE AÇO L-70/90/110/120	UND	6	R\$ 131,30	R\$ 787,80
25	11101059/A	BUCHA DE AÇO L-50/60/70	UND	6	R\$ 117,92	R\$ 707,52
26	11147008	PINO L-60/70	UND	4	R\$ 464,20	R\$ 1.856,80
27	11090115	PINO L-60/70	UND	4	R\$ 300,37	R\$ 1.201,48
28	11090106	BUCHA AÇO POLIACETAL L-60/70	UND	6	R\$ 108,97	R\$ 653,82
29	11003910	BUCHA DE AÇO POLIACETAL L-50/60/70	UND	6	R\$ 92,98	R\$ 557,88
30	11176441	PINO L-60	UND	4	R\$ 242,67	R\$ 970,68
31	11176579	PINO L-60	UND	4	R\$ 306,33	R\$ 1.225,32
32	11090114	PINO L-60/70	UND	4	R\$ 348,93	R\$ 1.395,72
33	11091998	PINO L-50/60/70	UND	4	R\$ 308,42	R\$ 1.233,68
34	11101699	PINO L-60/70/90/110/120	UND	4	R\$ 341,41	R\$ 1.365,64
						R\$ 133.095,00
		PATROL MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K				
ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
CNPJ Nº 06.933.519/0001-09
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRÂNSITO

35	3522138	BOMBA D'AGUA C/POLIA	UND	2	R\$ 2.496,77	R\$ 4.993,54
36	7D1576	LAMINA ¾ 13 FUROS	UND	12	R\$ 977,12	R\$ 11.725,44
37	5J4773	PARAFUSO LAMINA	UND	156	R\$ 6,17	R\$ 962,52
38	2J3506	PORCA 3/4	UND	156	R\$ 2,48	R\$ 386,88
39	1U3202	UNHA ESCARIF. 120H (LONGA)	UND	48	R\$ 51,33	R\$ 2.463,84
40	8E6208	PINO ESCARIF. 120H (BIZA)	UND	48	R\$ 6,22	R\$ 298,56
41	8E6209	TRAVA UNHA 120H	UND	48	R\$ 11,95	R\$ 573,60
42	245-6375	FILTRO AR 120-K DR-1601	UND	20	R\$ 158,06	R\$ 3.161,20
43	245-6376	FILTRO AR 120-K DRI 075	UND	20	R\$ 58,60	R\$ 1.172,00
44	1R0762	FILTRO COMBUSTIVEL	UND	20	R\$ 196,87	R\$ 3.937,40
45	3261644	FILTRO SEPARADOR AGUA	UND	20	R\$ 280,60	R\$ 5.612,00
46	328-3655	FILTRO TRANSMISSÃO	UND	20	R\$ 302,17	R\$ 6.043,40
47	1R1807	FILTRO LUBRIFICANTE VEJA	UND	20	R\$ 120,73	R\$ 2.414,60
48	9X4986	FILTRO AR COND.	UND	20	R\$ 191,37	R\$ 3.827,40
49	307-1958	EIXO	UND	2	R\$ 1.998,63	R\$ 3.997,26
50	1352407	HELICE	UND	2	R\$ 1.789,33	R\$ 3.578,66
51	6G4524	TIRA 120-H	UND	24	R\$ 74,32	R\$ 1.783,68
52	5T2925	CALCO 120G DE DESGASTE DO CIRCULO	UND	12	R\$ 210,32	R\$ 2.523,84
53	5T8366	CALCO DA LAMINA	UND	12	R\$ 93,80	R\$ 1.125,60
54	8W1749	PLACA	UND	24	R\$ 28,13	R\$ 675,12
55	5T0735	CORRENTE NK ESPECIAL 54 ELOS DAIDO	UND	6	R\$ 2.985,00	R\$ 17.910,00
56	147-3309	EIXO 120-H	UND	4	R\$ 5.066,67	R\$ 20.266,68
57	5T2926	SAPATA DO CIRCULO 120H	UND	8	R\$ 424,40	R\$ 3.395,20
58	8E5529	CANTO DA 120K	UND	12	R\$ 309,00	R\$ 3.708,00
59	8W1753	SUPORTE LADO DIREITO	UND	2	R\$ 2.904,83	R\$ 5.809,66
60	8W1753	SUPORTE LADO ESQUERDO	UND	2	R\$ 2.904,67	R\$ 5.809,34
61	8W5092	PINHÃO DO CIRCULO 120H	UND	2	R\$ 1.078,33	R\$ 2.156,66
62	4K8659	BUCHA	UND	4	R\$ 397,03	R\$ 1.588,12
63	4K7463	RETENTOR	UND	6	R\$ 32,93	R\$ 197,58
64	5K0984	BUCHA	UND	6	R\$ 140,33	R\$ 841,98
65	124-3240	PINO FORJADO	UND	2	R\$ 614,67	R\$ 1.229,34
66	2G6157	PINO	UND	2	R\$ 560,33	R\$ 1.120,66
67	6K4185	ESPACADOR	UND	4	R\$ 130,25	R\$ 521,00
68	8D9909	CAPA E CONE	UND	4	R\$ 712,67	R\$ 2.850,68
69	6K4193	FLANGE	UND	4	R\$ 287,53	R\$ 1.150,12
70	8D9688	ESPACADOR	UND	4	R\$ 317,83	R\$ 1.271,32
71	6K4186	RETENTOR	UND	6	R\$ 79,17	R\$ 475,02



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
CNPJ Nº 06.933.519/0001-09
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRÂNSITO

72	8W8289	COROA 120-H	UND	4	R\$ 1.156,67	R\$ 4.626,68
73	2N2138	CAPA JM	UND	4	R\$ 220,43	R\$ 881,72
74	2N2139	CONE JM	UND	4	R\$ 447,50	R\$ 1.790,00
75	9W7209	RETENTOR DUOCONE 120H/K	UND	6	R\$ 165,83	R\$ 994,98
76	9D3241	CAPA	UND	4	R\$ 208,28	R\$ 833,12
77	9D3242	CONE	UND	4	R\$ 437,10	R\$ 1.748,40
78	6Y7915	DISCO FREIO 120-H	UND	36	R\$ 205,42	R\$ 7.395,12
79	8D8794	PLACA	UND	40	R\$ 142,82	R\$ 5.712,80
80	8D8795	ANEL 120-H	UND	10	R\$ 27,67	R\$ 276,70
81	9D7972	ANEL	UND	10	R\$ 14,02	R\$ 140,20
82	5P2545	ANEL RODA 120H	UND	10	R\$ 15,10	R\$ 151,00
83	6G1780	TERMIN. DIREÇÃO 120G	UND	4	R\$ 246,67	R\$ 986,68
84	5K5288	DUOCONE	UND	6	R\$ 109,67	R\$ 658,02
85	178-1685	TIRA DESGASTE	UND	6	R\$ 223,67	R\$ 1.342,02
86	8J5299	SUPORTE	UND	4	R\$ 344,00	R\$ 1.376,00
87	8X4741	MANCAL	UND	10	R\$ 107,27	R\$ 1.072,70
88	5K5129	ANEL	UND	20	R\$ 6,26	R\$ 125,20
89	8W5293	PINO 120-H	UND	6	R\$ 160,10	R\$ 960,60
90	2G8633	PINO 120H	UND	6	R\$ 137,73	R\$ 826,38
91	030-0060	CAPA	UND	4	R\$ 136,68	R\$ 546,72
92	030-0061	CONE	UND	4	R\$ 300,11	R\$ 1.200,44
93	7D8637	CAPA	UND	4	R\$ 115,57	R\$ 462,28
94	7D8636	CONE	UND	4	R\$ 253,78	R\$ 1.015,12
95	2G8631	BUCHA 120-H	UND	6	R\$ 72,07	R\$ 432,42
96	8W6473	BUCHA 120-H	UND	6	R\$ 77,33	R\$ 463,98
97	2G7387	BUCHA 120-H	UND	6	R\$ 86,17	R\$ 517,02
98	2G7388	BUCHA 120-H	UND	6	R\$ 136,58	R\$ 819,48
99	198-3611	CORREIA	UND	10	R\$ 119,58	R\$ 1.195,80
						R\$ 170.109,48
		PA CARREGADEIRA NEW HOLLAND W130M ANO 2012				
ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
100	J-914454	POLIA VIR. BREQUIM M. CUMMINS	UND	2	R\$ 703,00	R\$ 1.406,00
101	148880-A1	ANEL W20E	UND	24	R\$ 13,50	R\$ 324,00
102	148909-A1	ARRUELA	UND	24	R\$ 16,13	R\$



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
CNPJ Nº 06.933.519/0001-09
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRÂNSITO

						387,12
103	PSD-530/1-TE	FILTRO COMBUSTIVEL TECFIL	UND	20	R\$ 62,71	R\$ 1.254,20
104	3H1461	ANEL NITRILICO	UND	20	R\$ 0,90	R\$ 18,00
105	148962-A1	DISCO DE FREIO W20E	UND	48	R\$ 77,52	R\$ 3.720,96
106	148963-A1	PLACA DE FREIO W20E	UND	48	R\$ 44,26	R\$ 2.124,48
107	148908-A1	ENGRE. SATELITE. DIFE. DANA W20E	UND	8	R\$ 140,40	R\$ 1.123,20
108	148916-A1	PINO DIFE. DANA	UND	4	R\$ 74,02	R\$ 296,08
109	148910-A1	PINO DIFE. DANA	UND	4	R\$ 52,92	R\$ 211,68
110	PERI-333 TEC	FILTRO LUBRIFICANTE	UND	20	R\$ 66,00	R\$ 1.320,00
111	100AMP- HELIA	BATERIA 100 AMP	UND	4	R\$ 965,60	R\$ 3.862,40
112	148965-A1	ANEL BACK UP	UND	12	R\$ 6,77	R\$ 81,24
113	148915-A1	CRUZETA DIFERENCIAL	UND	4	R\$ 121,10	R\$ 484,40
114	410610-A1	BOMBA FREIO	UND	2	R\$ 1.603,33	R\$ 3.206,66
115	PERI-291- TEC	FILTRO COMBUSTIVEL	UND	20	R\$ 36,30	R\$ 726,00
116	148911-A1	PINO	UND	6	R\$ 0,88	R\$ 5,28
117	UCR-210-32 N	ROLAMENTO DE ESFERA	UND	4	R\$ 386,30	R\$ 1.545,20
118	F-210	MANCAL ROLAMENTO - 210	UND	4	R\$ 121,63	R\$ 486,52
119	25492-DELK	FILTRO PRIMARIO WA200	UND	20	R\$ 197,71	R\$ 3.954,20
120	8PK2060	CORREIA	UND	10	R\$ 137,07	R\$ 1.370,70
121	148907-A1	ENGRENAGEM PLANETARIA DIF. DIANTEIRO	UND	4	R\$ 698,78	R\$ 2.795,12
122	86992662	DENTE CENTRAL W-130- 521/621D	UND	12	R\$ 342,00	R\$ 4.104,00
123	86992663	CANTO ESQUERDO W- 130/521/621	UND	6	R\$ 493,33	R\$ 2.959,98
124	86992664	CANTO DIREITO W- 130/521/621D	UND	6	R\$ 472,45	R\$ 2.834,70
125	6631- CUMMINS	PISTÃO C/ANEIS-PINO E TRAVA STD	UND	12	R\$ 666,67	R\$ 8.000,04
126	3802376	JOGO DE JUNTA INFERIOR	UND	2	R\$ 495,50	R\$ 991,00
127	3804897	JOGO DE JUNTAS SUPERIOR	UND	2	R\$ 361,47	R\$ 722,94
128	25491	FILTRO DE AR SECUNDARIO	UND	20	R\$ 73,50	R\$ 1.470,00
129	84227067	RESERVATORIO AGUA	UND	2	R\$ 362,50	R\$ 725,00
130	360984-A1	REPARO CILINDRO INCLINAÇÃO	UND	6	R\$ 251,62	R\$ 1.509,72
131	360982-A1	REPARO CILINDRO ELEVAÇÃO	UND	6	R\$ 138,28	R\$ 829,68
132	390876-A2	CABO DE ACELERADOR	UND	4	R\$ 186,67	R\$



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
CNPJ Nº 06.933.519/0001-09
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRÂNSITO

						746,68
133	361187-A1	COXIM DA TRANSMISSÃO	UND	8	R\$ 104,42	R\$ 835,36
134	355829-A2	ACOPLAMENTO	UND	2	R\$ 3.143,50	R\$ 6.287,00
135	347611-A3-C	COLMEIA	UND	2	R\$ 4.203,72	R\$ 8.407,44
136	360987-A1	REPARO CILINDRO DIREÇÃO	UND	6	R\$ 73,33	R\$ 439,98
137	371887-A1	HELICE 09 PAS	UND	2	R\$ 1.155,50	R\$ 2.311,00
138	84491498	FILTRO HIFRAULICO NEW HOLLAND	UND	10	R\$ 468,33	R\$ 4.683,30
139	87426773	MOTOR HIDRAULICO DA HELICE	UND	2	R\$ 1.407,67	R\$ 2.815,34
140	371232-A2-C	LAMINA	UND	4	R\$ 3.887,17	R\$ 15.548,68
141	148898-A1	CARCACA ORIG.	UND	2	R\$ 2.829,45	R\$ 5.658,90
142	148912-A1	TAMPA	UND	2	R\$ 406,17	R\$ 812,34
143	148903-A1	DISCO DIFE. DANA.	UND	48	R\$ 92,03	R\$ 4.417,44
144	148905-A1	DISCO DIFE. DANA.	UND	48	R\$ 45,27	R\$ 2.172,96
145	148933-A1	RETENTOR DO PIAO	UND	6	R\$ 28,72	R\$ 172,32
146	148940-A1	RETENTOR RODA	UND	8	R\$ 144,57	R\$ 1.156,56
147	148928-A1	ROLAMENTO PINHÃO	UND	4	R\$ 292,50	R\$ 1.170,00
148	148936-A1	ROL. DO PINHÃO	UND	4	R\$ 338,67	R\$ 1.354,68
149	148987	ROLAMENTO DIFERENCIAL	UND	4	R\$ 203,33	R\$ 813,32
150	148942-A1	CUBO DA RODA DO DIFERENCIAL	UND	4	R\$ 2.386,67	R\$ 9.546,68
151	148941-A1	ROLAMENTO	UND	8	R\$ 1.124,19	R\$ 8.993,52
152	148945-A1	ENGRENAGEM	UND	4	R\$ 2.725,17	R\$ 10.900,68
153	87457084	PINHÃO 14 DENTES	UND	4	R\$ 670,67	R\$ 2.682,68
154	148947-A1	ENGRENAGEM EIXO DANA	UND	24	R\$ 698,53	R\$ 16.764,72
155	148957-A1	ROLAMENTO EIXO DANA	UND	24	R\$ 656,33	R\$ 15.751,92
156	148950-A1	FLANGE (SUPORTE DIFERENCIAL)	UND	4	R\$ 3.143,33	R\$ 12.573,32
157	148224-A1	CANO FREIO	UND	8	R\$ 41,02	R\$ 328,16
158	148225-A1	CANO FREIO	UND	8	R\$ 35,33	R\$ 282,64
159	391276-A1	ROL.CJ.	UND	4	R\$ 446,82	R\$ 1.787,28
160	391359-A1	ROLAMENTO	UND	4	R\$ 711,63	R\$ 2.846,52
161	356201-A1	PINO 521/621	UND	6	R\$ 316,30	R\$ 1.897,80
162	87401084	PINO	UND	6	R\$ 286,60	R\$ 1.719,60
163	87457101	BUCHA DE AÇO	UND	6	R\$ 88,57	R\$ 531,42
164	87457103	SUPORTE DO MANCAL EIXO TRASEIRO	UND	2	R\$ 4.221,05	R\$ 8.442,10
165	71102781	BUCHA LISA	UND	6	R\$ 450,33	R\$ 2.701,98
166	87457102	BUCHA DA BALANÇA	UND	6	R\$ 499,83	R\$ 2.998,98
167	71102782	ANEL DE BORRACHA	UND	20	R\$ 2,45	R\$ 49,00



168	71102779	ARRUELA EIXO TRAZEIRO	UND	6	R\$ 436,80	R\$ 2.620,80
169	71102780	GUARNIÇÃO	UND	10	R\$ 26,63	R\$ 266,30
170	86993027	PINO H.	UND	4	R\$ 325,90	R\$ 1.303,60
171	86993023	PINO CILINDRO INCLINCAO	UND	4	R\$ 304,33	R\$ 1.217,32
172	86993026	PINO CILINDRO LEVANTAMENTO	UND	4	R\$ 247,92	R\$ 991,68
173	86993025	PINO BALDE	UND	4	R\$ 372,38	R\$ 1.489,52
174	86993022	PINO INCLINAÇÃO	UND	4	R\$ 429,67	R\$ 1.718,68
175	86993024	PINO	UND	4	R\$ 812,50	R\$ 3.250,00
						R\$ 228.310,70
RETROESCAVADEIRA JCB ANO 2012						
ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
176	329/25683	FILTRO DE AR JCB	UND	20	R\$ 125,60	R\$ 2.512,00
177	329/25682	FILTRO DE AR JCB	UND	20	R\$ 284,33	R\$ 5.686,60
178	329/10100-DE	FILTRO HIDRAÚLICO JCB	UND	20	R\$ 318,30	R\$ 6.366,00
179	581/18076	FILTRO HIDRAÚLICO JCB	UND	20	R\$ 125,45	R\$ 2.509,00
180	581/18063	FILTRO DA TRANSMISSÃO JCB	UND	20	R\$ 161,67	R\$ 3.233,40
181	701/80184	CHAVE DE PARTIDA JCB	UND	6	R\$ 416,33	R\$ 2.497,98
182	32/925587	FILTRO COMBUSTIVEL	UND	20	R\$ 26,33	R\$ 526,60
183	32/925915-DE	FILTRO SEPARADOR DAGUA	UND	20	R\$ 162,47	R\$ 3.249,40
184	32/925421	TAMPA RESPIRO DO HIDRAULICO	UND	4	R\$ 623,83	R\$ 2.495,32
185	100AMP-HELIA	BATERIA 100AMP	UND	2	R\$ 1.002,23	R\$ 2.004,46
186	02/103600	CORREIA MOTOR JCB	UND	10	R\$ 36,50	R\$ 365,00
187	02/103513	FILTRO LUBRIFICANTE JCB	UND	20	R\$ 151,47	R\$ 3.029,40
188	02/103538	JUNTA DO TERMOSTATO	UND	6	R\$ 17,58	R\$ 105,48
189	02/103509	JUNTA TAMPA MOTOR	UND	12	R\$ 22,33	R\$ 267,96
190	02/103710	VALVULA DE ESCAPE	UND	12	R\$ 313,47	R\$ 3.761,64
191	02/103536	VALVULA TERMOSTATICA	UND	2	R\$ 101,33	R\$ 202,66
192	02/103471	VEDADOR DE VALVULA	UND	24	R\$ 30,17	R\$ 724,08
193	209/00400	BOMBA TRANSMISSÃO JCB	UND	2	R\$ 610,37	R\$ 1.220,74
194	914/35401	CRUZETA	UND	4	R\$ 73,00	R\$ 292,00
195	914/86202	CRUZETA	UND	4	R\$ 92,60	R\$ 370,40
196	904/14300	ANEL TEFLON	UND	20	R\$ 6,05	R\$ 121,00
197	904/20172	RETENTOR JCB VITON	UND	20	R\$ 36,20	R\$ 724,00
198	904/50040	RETENTOR 46.15 – 80 – 16.5	UND	20	R\$ 36,48	R\$ 729,60
199	904/50047	RETENTOR 45 – 65 – 18.5	UND	20	R\$ 42,83	R\$



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
CNPJ Nº 06.933.519/0001-09
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRÂNSITO

							856,60
200	904/50033	RETENTOR DA RODA TRAZEIRA JCB	UND	4	R\$ 157,10	R\$ 628,40	
201	904/50023	RETENTOR	UND	12	R\$ 14,85	R\$ 178,20	
202	450/10206	ENGRENAGEM PLANETARIA JCB	UND	12	R\$ 290,43	R\$ 3.485,16	
203	904/06200	RETENTOR	UND	6	R\$ 75,07	R\$ 450,42	
204	450/12403	ENGREN PLANET CENTRAL JCB	UND	4	R\$ 214,50	R\$ 858,00	
205	450/12702	CUBO DA JCB	UND	2	R\$ 808,33	R\$ 1.616,66	
206	126/02253	TERMINAL DIREÇÃO JCB	UND	6	R\$ 462,33	R\$ 2.773,98	
207	458/20353	DISCO DE AÇO	UND	6	R\$ 83,57	R\$ 501,42	
208	448/42402	TAMPA	UND	4	R\$ 379,00	R\$ 1.516,00	
209	907/08300	ROLAME. CABEÇA GATO JCB	UND	12	R\$ 161,70	R\$ 1.940,40	
210	991/00102	REPARO CIL. DE LEVANTE	UND	6	R\$ 112,00	R\$ 672,00	
211	991/00100	REPARO CIL. DE INCLINAÇÃO JCB	UND	6	R\$ 96,32	R\$ 577,92	
212	991/00156	REPARO CIL. DIREÇÃO JCB	UND	6	R\$ 108,25	R\$ 649,50	
213	991/00110	REPARO JCB	UND	6	R\$ 134,50	R\$ 807,00	
214	991/00145	REPARO CIL. ESTABILIZADOR JCB	UND	6	R\$ 129,47	R\$ 776,82	
215	991/00147	CILINDRO DA CAAMBA	UND	6	R\$ 128,40	R\$ 770,40	
216	991/00103	REPARO CIL. JCB	UND	6	R\$ 66,80	R\$ 400,80	
217	991/00163	REPARO GIRO JCB	UND	6	R\$ 98,22	R\$ 589,32	
218	123/04023	LAMINA RETROESCAV. JCB	UND	4	R\$ 3.540,73	R\$ 14.162,92	
219	531/03205	DENTE CENTRAL JCB	UND	24	R\$ 107,20	R\$ 2.572,80	
220	531/03208	DENTE LATERAL JCB (LADO DIREITO)	UND	6	R\$ 154,00	R\$ 924,00	
221	531/03209	DENTE LATERAL JCB (LADO ESQUERDO)	UND	6	R\$ 150,90	R\$ 905,40	
222	20/925579	BOMBA ENGRENAGEM JCB	UND	2	R\$ 3.421,33	R\$ 6.842,66	
223	309/25526	HELICE MOTOR JCB	UND	2	R\$ 326,73	R\$ 653,46	
224	123/07303	PEDAL ACELERADOR	UND	2	R\$ 565,30	R\$ 1.130,60	
225	123/05892	TAMPA DO TANQUE JCB	UND	4	R\$ 58,73	R\$ 234,92	
226	910/60216	CABO	UND	4	R\$ 426,96	R\$ 1.707,84	
227	910/48801	CABO ACELERADOR JCB	UND	4	R\$ 171,75	R\$ 687,00	
228	910/60176	CABO ACELERADOR JCB	UND	4	R\$ 218,17	R\$ 872,68	
229	910/60253	CABO DE FREIO DE MÃO	UND	4	R\$ 357,59	R\$ 1.430,36	
230	910/52400	CABO JCB	UND	4	R\$ 228,01	R\$ 912,04	
231	910/48400	CABO JCB CONTROLE RETRO	UND	4	R\$ 280,45	R\$ 1.121,80	



232	910/60241	CABO NIVELADOR CACAMB. JCB	UND	4	R\$ 246,72	R\$ 986,88
233	811/70012	PINO CIL DIREÇÃO JCB	UND	4	R\$ 71,79	R\$ 287,16
234	811/50369	PINO JCB	UND	4	R\$ 219,95	R\$ 879,80
235	811/90593	PINO JCB	UND	4	R\$ 149,99	R\$ 599,96
236	811/50569	PINO JCB	UND	4	R\$ 307,39	R\$ 1.229,56
237	811/50375	PINO JCB	UND	4	R\$ 153,13	R\$ 612,52
238	811/50381	PINO JCB	UND	4	R\$ 211,52	R\$ 846,08
239	G65/0	BUCHA JCB	UND	4	R\$ 55,25	R\$ 221,00
						R\$ 102.865,16
		SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PECUARIA E PESCA.				
		TRATOR MF 283 ANO 2008				
ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
240	100AMP	BATERIA 100 AMP	UND	4	R\$ 808,33	R\$ 3.233,32
241	12V A CINAP	ALTERNADOR	UND	2	R\$ 1.250,00	R\$ 2.500,00
242	9000083055	MOTOR PARTIDA	UND	2	R\$ 1.163,33	R\$ 2.326,66
243	P-4016	KIT MOTOR	UND	24	R\$ 295,00	R\$ 7.080,00
244	423670	B BIELA	UND	6	R\$ 285,00	R\$ 1.710,00
245	423669	B .MANCAL	UND	6	R\$ 335,00	R\$ 2.010,00
246	70998009	VIRABREKIM	UND	3	R\$ 2.586,33	R\$ 7.758,99
247	424804	BIELA	UND	8	R\$ 355,20	R\$ 2.841,60
248	70991809	BOMBA DE OLEO	UND	6	R\$ 1.287,17	R\$ 7.723,02
249	423617/801	JG DE JUNTAS SUPERIOR	UND	6	R\$ 486,67	R\$ 2.920,02
250	423617/802	JG DE JUNTAS INFERIOR	UND	6	R\$ 485,00	R\$ 2.910,00
251	4236 BL RE	BLOCO MOTOR	UND	1	R\$ 6.426,67	R\$ 6.426,67
252	4236CABC	CABECOTE	UND	1	R\$ 3.499,67	R\$ 3.499,67
253	70998082	VALVULAS ESCAPE JG	UND	8	R\$ 356,63	R\$ 2.853,04
254	70998019	VALVULAS ADM JG	UND	8	R\$ 296,86	R\$ 2.374,88
255	4236MF B.J	BOMBA INJ REMAN	UND	1	R\$ 4.250,00	R\$ 4.250,00
256	4236 REM	MOTOR REMAN	UND	1	R\$ 31.833,33	R\$ 31.833,33
257	4236 TURB	TURBINA	UND	2	R\$ 2.450,00	R\$ 4.900,00
258	T-149-A	FILTRO COMBUSTIVEL	UND	20	R\$ 28,73	R\$ 574,60
259	49922333	FILTRO HIDRAULICO	UND	10	R\$ 173,55	R\$ 1.735,50
260	PER-137	FILTRO LUBRIFICANTE	UND	20	R\$ 64,67	R\$ 1.293,40
261	C-15300	FILTRO DE AR 1	UND	20	R\$ 83,85	R\$ 1.677,00
262	CF-300	FILTRO DE AR 2	UND	20	R\$ 61,00	R\$ 1.220,00
263	W-4678	TENSOR	UND	5	R\$ 202,00	R\$ 1.010,00
264	13X1345	CORREIA	UND	20	R\$ 40,33	R\$ 806,60
265	UR-325	BOMBA DAGUA	UND	6	R\$ 388,93	R\$ 2.333,58



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
CNPJ Nº 06.933.519/0001-09
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRÂNSITO

266	48548/10	ROLAMENTO RODA	UND	10	R\$ 121,00	R\$ 1.210,00
267	1481873	MANGA DE EIXO	UND	4	R\$ 889,67	R\$ 3.558,68
268	894832	CUBO	UND	4	R\$ 426,67	R\$ 1.706,68
269	3146772	TREMINAL DIRECAO	UND	6	R\$ 211,47	R\$ 1.268,82
270	3176270	COROA E PINHAO DINATEIRO	UND	2	R\$ 2.043,33	R\$ 4.086,66
271	3176340	ENGRENAGEM PLANETRIA RODA	UND	12	R\$ 211,33	R\$ 2.535,96
272	3176336	SEMI EIXO	UND	4	R\$ 343,33	R\$ 1.373,32
273	33548	RETENTOR DE RODA	UND	10	R\$ 73,77	R\$ 737,70
274	CZ-117	CRUZETA	UND	10	R\$ 86,33	R\$ 863,30
275	3147681	PINOS DIRECAO	UND	6	R\$ 148,33	R\$ 889,98
276	3305	ROLAMENTO	UND	8	R\$ 345,33	R\$ 2.762,64
277	2802612	BOMBA DIRECAO	UND	2	R\$ 2.786,67	R\$ 5.573,34
278	2730954	REPARO CIL DIRECAO	UND	6	R\$ 41,93	R\$ 251,58
279	3148318	CILINDRO DIRECAO	UND	2	R\$ 1.222,67	R\$ 2.445,34
280	3409928	HORBITROL	UND	2	R\$ 3.162,67	R\$ 6.325,34
281	489331	RODA DIANTEIRA	UND	4	R\$ 327,33	R\$ 1.309,32
282	489690	RODA TRAZEIRA	UND	4	R\$ 568,33	R\$ 2.273,32
283	2801211	RADIADOR COMPLETO	UND	2	R\$ 2.300,00	R\$ 4.600,00
284	2801211	COLMEIA	UND	2	R\$ 720,00	R\$ 1.440,00
285	2800228	TANQUECOMBUSTIVEL	UND	2	R\$ 674,67	R\$ 1.349,34
286	3410451	FAROL	UND	6	R\$ 94,67	R\$ 568,02
287	3149968	LANTERNA	UND	6	R\$ 53,00	R\$ 318,00
288	3408361	VOLANTE DIRECAO	UND	2	R\$ 430,67	R\$ 861,34
289	3412120	PLATOR	UND	2	R\$ 1.123,33	R\$ 2.246,66
290	3412120	DISCO	UND	6	R\$ 304,17	R\$ 1.825,02
291	886727	COLAR	UND	6	R\$ 114,00	R\$ 684,00
292	1052	ROLAMENTO COLAR	UND	6	R\$ 226,67	R\$ 1.360,02
293	27518	VOLANTE MOTOR	UND	2	R\$ 1.782,67	R\$ 3.565,34
294	40925	ENGRENAGEM CX	UND	2	R\$ 533,33	R\$ 1.066,66
295	37804	ENGRENAGEM CX	UND	2	R\$ 574,67	R\$ 1.149,34
296	516388	ENGRENAGEM CX	UND	2	R\$ 825,00	R\$ 1.650,00
297	169236	ENGRENAGEM CX	UND	2	R\$ 743,33	R\$ 1.486,66
298	3408812	EIXO PRIMARIO	UND	2	R\$ 418,33	R\$ 836,66
299	3410257	EIXO CX	UND	2	R\$ 394,00	R\$ 788,00
300	D5NN A405	BANCO ALMOFADA	UND	4	R\$ 208,00	R\$ 832,00
301	2800980	BANCO COMPLETO	UND	2	R\$ 383,33	R\$ 766,66
302	MF PARL	PARALAMA	UND	2	R\$ 1.170,00	R\$ 2.340,00
303	3176324	CARDAN DA TRACAO	UND	2	R\$ 857,00	R\$ 1.714,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
CNPJ Nº 06.933.519/0001-09
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRÂNSITO

304	3409609	LUVA TRACAO	UND	6	R\$ 102,33	R\$ 613,98
						R\$ 181.035,56
		TRATOR VALTRA BM 110 4X4 ANO 2015				
ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
305	836747324	VIRABREQUIM	UND	2	R\$ 7.761,82	R\$ 15.523,64
306	836647420	CAMISA MOTOR	UND	16	R\$ 985,65	R\$ 15.770,40
307	836640073	PISTÃO MOTOR	UND	16	R\$ 1.310,00	R\$ 20.960,00
308	836640078	JG ANEIS	UND	16	R\$ 489,13	R\$ 7.826,08
309	836652104	BIELA	UND	8	R\$ 1.151,67	R\$ 9.213,36
310	836655536	JOGO BRONZ MANCAL	UND	16	R\$ 140,70	R\$ 2.251,20
311	836110552	JOGO BRONZ BIELA	UND	16	R\$ 129,82	R\$ 2.077,12
312	614400002	RETENTOR VOLANTE	UND	4	R\$ 184,10	R\$ 736,40
313	836746362	JUNTA TAMPA VALV.	UND	4	R\$ 23,23	R\$ 92,92
314	836764156	JUNTA CABEÇOTE	UND	4	R\$ 137,05	R\$ 548,20
315	836652605	BOMBA OLEO	UND	4	R\$ 1.501,05	R\$ 6.004,20
316	836129728	JUNTA CARTE	UND	4	R\$ 42,83	R\$ 171,32
317	80270500	FILTRO AR 1°	UND	10	R\$ 158,58	R\$ 1.585,80
318	80270400	FILTRO AR 2°	UND	10	R\$ 132,03	R\$ 1.320,30
319	32059420	SILENCIOSO	UND	10	R\$ 863,35	R\$ 8.633,50
320	836764049	TURBINA	UND	4	R\$ 3.956,79	R\$ 15.827,16
321	836647133	FILTRO LUB	UND	10	R\$ 129,96	R\$ 1.299,60
322	836015106	FILTRO BOMBA	UND	10	R\$ 25,23	R\$ 252,30
323	836659580	BOMBA TRANSFERENCIA	UND	6	R\$ 294,52	R\$ 1.767,12
324	82623800	BOMBA INJETORA	UND	2	R\$ 12.168,33	R\$ 24.336,66
325	82639000	RADIADOR	UND	2	R\$ 9.265,33	R\$ 18.530,66
326	836764215	BOMBA DAGUA	UND	2	R\$ 1.141,79	R\$ 2.283,58
327	836140044	VENTILADOR	UND	2	R\$ 204,55	R\$ 409,10
328	835331592	MOTOR PARTIDA	UND	2	R\$ 4.041,92	R\$ 8.083,84
329	82028000	ALTERNADOR	UND	2	R\$ 2.326,67	R\$ 4.653,34
330	80857100	FAROL	UND	8	R\$ 211,58	R\$ 1.692,64
331	80882400	PLATÔ	UND	2	R\$ 3.869,97	R\$ 7.739,94
332	80031020	DISCO EMBREAGEM	UND	4	R\$ 1.116,09	R\$ 4.464,36
333	81636300	EIXO LATERAL	UND	2	R\$ 3.774,54	R\$ 7.549,08
334	80006400	COROA PINHÃO	UND	2	R\$ 7.116,33	R\$ 14.232,66
335	30184800	DISCO FREIO	UND	16	R\$ 208,13	R\$ 3.330,08
336	411040	PLACA FREIO	UND	16	R\$ 163,05	R\$ 2.608,80
337	KH-3636	RETENTOR TRAZ.	UND	20	R\$ 165,49	R\$ 3.309,80
338	80249700	CILINDRO MESTRE	UND	4	R\$ 301,31	R\$ 1.205,24
339	LA-5114	ROLAMENTO CX MARCHA	UND	4	R\$ 142,24	R\$ 568,96



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
CNPJ Nº 06.933.519/0001-09
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRÂNSITO

340	81635800	ENGRENAGEM CX	UND	4	R\$ 1.109,57	R\$ 4.438,28
341	81635900	ENGRENAGEM CX	UND	4	R\$ 1.317,37	R\$ 5.269,48
342	30614220	CONJ. SINCRONIZADOR	UND	4	R\$ 2.032,41	R\$ 8.129,64
343	81636000	ENGRENAGEM CX	UND	4	R\$ 1.300,09	R\$ 5.200,36
344	30012300	EIXO PRINCIPAL	UND	2	R\$ 2.629,65	R\$ 5.259,30
345	LA-5013	ROLAMENTO CAIXA	UND	4	R\$ 64,92	R\$ 259,68
346	81776500	ENGRENAGEM CX	UND	4	R\$ 1.866,62	R\$ 7.466,48
347	30014100	EIXO INTERMEDIARIO	UND	4	R\$ 943,97	R\$ 3.775,88
348	80591010	EIXO TRAZEIRO	UND	4	R\$ 6.138,30	R\$ 24.553,20
349	411020	ATIVADOR	UND	4	R\$ 1.159,62	R\$ 4.638,48
350	30170900	SUPORTE	UND	2	R\$ 2.276,12	R\$ 4.552,24
351	30181500	CILINDRO FREIO	UND	4	R\$ 206,60	R\$ 826,40
352	81863300	ORBITROL	UND	2	R\$ 2.574,18	R\$ 5.148,36
353	80985800	CARDAN	UND	2	R\$ 4.182,00	R\$ 8.364,00
354	80377500	LUVA	UND	4	R\$ 459,80	R\$ 1.839,20
355	31792500	PINO	UND	6	R\$ 351,25	R\$ 2.107,50
356	81939400	CARCACA ESQUERDA	UND	2	R\$ 1.474,33	R\$ 2.948,66
357	81939600	CARCACA DIREITA	UND	2	R\$ 1.474,33	R\$ 2.948,66
358	81953400	CUBO DA RODA	UND	4	R\$ 2.889,67	R\$ 11.558,68
359	81953800	JG ENGRENAGEM	UND	4	R\$ 348,15	R\$ 1.392,60
360	31796600	ENGRENAGEM INTERNA	UND	4	R\$ 1.511,98	R\$ 6.047,92
361	81945700	ROLAMENTO DIANTEIRO	UND	8	R\$ 423,64	R\$ 3.389,12
362	31797000	CARCAÇA PLANETARIA	UND	2	R\$ 5.093,33	R\$ 10.186,66
363	81954400	CILINDRO DIREÇÃO	UND	2	R\$ 4.685,38	R\$ 9.370,76
364	81587200	RODA TRAZEIRA	UND	4	R\$ 7.174,99	R\$ 28.699,96
365	81950800	COROA PINHÃO DIANT.	UND	2	R\$ 7.324,67	R\$ 14.649,34
						R\$ 399.880,20
TRATOR MF4292						
ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
366	88627100	VIRABREQUIM	UND	2	R\$ 8.113,33	R\$ 16.226,66
367	6220419	VOLANTE MOTOR	UND	2	R\$ 6.068,33	R\$ 12.136,66
368	614105880	RETENTOR	UND	6	R\$ 89,00	R\$ 534,00
369	89605600	KIT CABEÇOTE	UND	2	R\$ 12.016,67	R\$ 24.033,34
370	80604900	BOMBA INJETORA	UND	2	R\$ 9.124,67	R\$ 18.249,34
371	80639500	HELICE	UND	2	R\$ 721,77	R\$ 1.443,54
372	806476001	TURBINA	UND	2	R\$ 3.127,33	R\$ 6.254,66
373	89610900	KIT MOTOR	UND	4	R\$ 2.231,52	R\$ 8.926,08
374	89611000	JG JUNTAS	UND	4	R\$ 2.067,67	R\$ 8.270,68
375	3823621-M91	MOTOR PARTIDA	UND	2	R\$ 2.134,30	R\$ 4.268,60
376	83632800	ALTERNADOR	UND	2	R\$ 1.953,28	R\$ 3.906,56
377	6270021-M91	CONJ. FILTRO AR	UND	2	R\$ 3.092,67	R\$ 6.185,34



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
CNPJ Nº 06.933.519/0001-09
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRÂNSITO

378	6770056-M1	MANGOTE	UND	4	R\$ 297,67	R\$ 1.190,68
379	6274391-M1	MANGOTE	UND	4	R\$ 288,33	R\$ 1.153,32
380	6223614-M1	ELEMENTO FILTRO AR	UND	10	R\$ 129,17	R\$ 1.291,70
381	6223615-M1	ELEMENTO FILTRO AR	UND	10	R\$ 169,42	R\$ 1.694,20
382	6267869-M91	TUBO ESCAPE	UND	4	R\$ 820,88	R\$ 3.283,52
383	6272000-M91	SILENCIOSO	UND	4	R\$ 963,45	R\$ 3.853,80
384	6215001-M91	RADIADOR	UND	2	R\$ 5.283,00	R\$ 10.566,00
385	073476-N1	TANQUE COMBUSTIVEL	UND	2	R\$ 2.586,01	R\$ 5.172,02
386	044701-T1	PLATO	UND	4	R\$ 1.299,30	R\$ 5.197,20
387	6237287-M92	DISCO	UND	4	R\$ 1.251,40	R\$ 5.005,60
388	039423-P1	EIXO PRIMARIO	UND	4	R\$ 715,33	R\$ 2.861,32
389	6226154-M1	COLAR ENBREGEM	UND	6	R\$ 489,28	R\$ 2.935,68
390	6223296-M1	ROLAMENTO	UND	6	R\$ 284,57	R\$ 1.707,42
391	039410-N2	CONJ. SINCRONIZADO	UND	4	R\$ 5.925,93	R\$ 23.703,72
392	4200008-M91	COROA/PINHAO	UND	4	R\$ 2.318,80	R\$ 9.275,20
393	020543-T1	CILINDRO RODA	UND	2	R\$ 405,21	R\$ 810,42
394	3823952-M1	DISCO FREIO	UND	8	R\$ 222,97	R\$ 1.783,76
395	3613538-M2	PLACA FREIO	UND	4	R\$ 92,52	R\$ 370,08
396	1484988-M1	BARRA TRAÇÃO	UND	4	R\$ 1.287,43	R\$ 5.149,72
397	3176380-M91	TERMINAL DE DIREÇÃO LD	UND	6	R\$ 376,52	R\$ 2.259,12
398	3176379-M91	TERMINAL DE DIREÇÃO LE	UND	6	R\$ 370,41	R\$ 2.222,46
399	3176330-M1	ROLAMENTO	UND	4	R\$ 671,76	R\$ 2.687,04
400	3176321-M1	PINO ARTICULAÇÃO	UND	4	R\$ 173,66	R\$ 694,64
401	3176340-M1	ENGRENAGEM TRAÇÃO DIANTEIRA	UND	6	R\$ 243,17	R\$ 1.459,02
402	E2NN-1N055-A	ROLAMENTO	UND	8	R\$ 99,00	R\$ 792,00
403	3176712-B	BUCHA MF MANCAL	UND	4	R\$ 63,51	R\$ 254,04
404	3176322-M1	BUCHA DO ACION. DO REDUTOR DI.	UND	4	R\$ 46,38	R\$ 185,52
405	3176324-M91	CARDAN COMPLETO	UND	2	R\$ 872,06	R\$ 1.744,12
406	3176335-M1	COROA PLAN MF 4X4 90X50	UND	2	R\$ 1.205,71	R\$ 2.411,42
407	3176336-M1	EIXO	UND	2	R\$ 223,38	R\$ 446,76
408	3176339-M1	CAIXA PLANETARIA	UND	2	R\$ 888,60	R\$ 1.777,20
409	3176342-M1	ANEL TRAVA	UND	6	R\$ 10,63	R\$ 63,78
410	033548-R1	RETENTOR RODA DIANTEIRA MF 4X4	UND	10	R\$ 92,05	R\$ 920,50
411	3176378-M1	REPARO	UND	10	R\$ 45,15	R\$ 451,50
412	052107-M1	BOMBA DUPLA	UND	2	R\$ 2.188,99	R\$ 4.377,98
413	3408340-M91	ARO 295 4X4	UND	2	R\$ 1.717,07	R\$ 3.434,14
414	3409609-M1	LUVA	UND	10	R\$ 135,90	R\$ 1.359,00



415	3176208-M1	ENGRENAGEM MF 30D	UND	6	R\$ 171,62	R\$ 1.029,72
						R\$ 226.010,78
						R\$ 1.441.306,88

4.2. Em conformidade com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I, alterado pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação será exclusiva para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, conforme segue:

4.2.1. Conforme instituído no **art. 48, inciso I** da Lei Complementar 123/2006, os itens constantes do Termo de Referência, de valor total estimado em até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), ficam **destinados exclusivamente** à participação de MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

5. DO PRAZO, LOCAL E DEMAIS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1 Os pedidos dos produtos a serem adquiridos pelas Secretarias Requisitantes serão realizados ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do(s) respectivo(s) contrato(s). A cada solicitação será formalizada a emissão da Ordem de Fornecimento, onde serão detalhados os produtos e quantidades para a entrega, além do local exato onde será(ao) efetuada(s) a(s) referida(s) entrega(s), a ser encaminhada à Empresa detentora do Registro de Preços (contratada) por meio de e-mail eletrônico ou outro meio hábil.

5.2 A entrega será feita de forma parcelada, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da data de recebimento da Ordem de Fornecimento (pedido de fornecimento dos produtos), nos endereços que serão informados pela(s) Secretaria(s) Requisitante(s) nas respectivas ordens de fornecimento, tudo por conta do fornecedor.

5.3 O(s) produto(s) será(ao) recebido(s) provisoriamente no ato da entrega, e, definitivamente, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados do recebimento provisório e após a verificação da qualidade e do quantitativo dos produtos fornecidos.

5.4 Os Produtos reprovados no recebimento provisório serão devolvidos, devendo a Contratada **substituí-los no prazo de até 03 (três) dias úteis**, contados a partir da Notificação, arcando com todos os custos decorrentes. Caso este prazo não seja observado, será considerada inexecução contratual. A substituição dos produtos não exime a Contratada da aplicação de penalidades por atraso no fornecimento.

5.4.1. A urgência para substituição segue do fato da manutenção de estradas e outros serviços serem primordiais para a economia do município.

5.5 Os Produtos, objeto do presente Termo de Referência, deverão ser entregues em todo território municipal, nos endereços que serão indicados pela(s) Secretaria(s) Requisitante(s) nas respectivas Ordens de Fornecimento, ou no Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Lima Campos, no endereço: Av. JK, S/N, Centro – Lima Campos/MA, em dias de expediente, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h, horário local, a critério da CONTRATANTE.

5.6 A Secretaria Requisitante designará uma comissão ou um servidor para efetuar o recebimento dos produtos, na forma prevista neste Termo de Referência, obedecidas as disposições constantes na alínea b, inciso II do Art. 73, da Lei nº. 8.666/93.

5.7 Os prazos de fornecimento dos produtos poderão ser prorrogados, a critério da Secretaria(s) Requisitante(s), desde que a Contratada formalize o pedido por escrito e



fundamentado em motivos de caso fortuito, sujeições imprevistas e/ou de força maior, observado o art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.8 As aquisições/contratações dos itens constantes do presente Termo de Referência ocorrerão de acordo com as necessidades e conveniências da Secretaria Requisitante, e desde que exista o respectivo crédito orçamentário, mediante a emissão de Contrato e da respectiva Nota de Empenho e posterior Ordem de Fornecimento.

5.9. É expressamente vedado o fornecimento de peças/componentes fora das especificações técnicas do fabricante da máquina, comumente conhecidas como peças paralelas.

5.10. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie, facultando a utilização de outros meios para aquisição, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

5.11. As peças a serem fornecidas deverão ser entregues devidamente embaladas e identificadas, pelo código, especificação e valor, em conformidade com o Pedido de Compra/Autorização de Fornecimento e Nota de Empenho.

5.12. Os serviços de mão de obra de troca de peças e acessórios não serão de responsabilidade da empresa contratada, cabendo à mesma tão somente a entrega das peças/acessórios no(s) local(is) previsto(s) neste Termo de Referência.

5.13. O recebimento dos produtos se dará nos moldes do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93.

6. DAS AMOSTRAS

6.1. Durante a realização da licitação, a equipe técnica ou servidor competente do quadro de técnicos da Prefeitura Municipal de Lima Campos/MA, dará suporte ao(a) Pregoeiro(a).

6.2. Havendo necessidade de esclarecimentos, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar à licitante, cuja proposta tenha sido aceita quanto à compatibilidade de preço, **amostra dos produtos ofertados**, que deverá ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Lima Campos, situada na Av. JK, S/N, Centro, Lima Campos-MA, no horário das 08h às 14h, no prazo de 08 (oito) dias úteis, contados a partir da solicitação.

6.3. O prazo para a avaliação das amostras será de até 03 (três) dias úteis, a partir do momento do recebimento destas, sendo possível a prorrogação deste prazo por despacho fundamentado do(a) Pregoeiro(a).

6.4. A previsão de envio de amostras será solicitada exclusivamente aos licitantes parcialmente vencedores dos itens deste Termo de Referência, após sua habilitação, visando identificar se os produtos descritos na proposta comercial da empresa atendem a todos os requisitos do Termo de Referência e aos padrões de desempenho e qualidade.

6.5. O procedimento de avaliação das amostras será executado conforme descrito no **subitem 6.6** deste termo.

6.6. ANÁLISE DAS AMOSTRAS

6.6.1. O processo de análise das amostras ocorrerá em até 3 (três) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente a entrega das amostras.



6.6.1.1. O período de avaliação poderá se estender por período superior a este mediante a despacho fundamentado do(a) Pregoeiro(a), por solicitação da Comissão de Avaliação ou servidor competente.

6.6.1.2. Local e Horário

6.6.1.2.1 As análises ocorrerão nas dependências da Prefeitura Municipal de Lima Campos/MA, em local a ser definido pelo(a) Pregoeiro(a) na data marcada para início dos trabalhos.

6.6.1.2.2. A sessão de homologação das amostras será iniciada às 09h da manhã no horário oficial de Brasília e encerrada às 18h.

6.6.1.2.3. As amostras serão analisadas uma por vez, observando a ordem dos itens / lotes do certame.

6.6.1.2.4. As análises ocorrerão da seguinte maneira:-

a) Análise de documentação técnica: com vistas a verificar se o produto ofertado atende a todas as exigências de compatibilidade com os padrões e normas nacionais e internacionais de acordo com as exigências do instrumento convocatório.

b) Características e Especificações: tem por finalidade verificar se todos os requisitos técnicos estão de acordo com as características exigidas no instrumento convocatório.

c) Teste de qualidade: tem por finalidade verificar se o produto ofertado possui as características mínimas de qualidade solicitadas para cada item do Termo de Referência.

d) Aceitação de questionamentos: momento em que o público presente poderá formular questionamentos sobre a verificação de comprovação dos itens do instrumento deste Termo de Referência.

6.6.2. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

6.6.2.1. O relatório final de avaliação será publicado no mural de avisos desta prefeitura municipal bem como no sitio oficial www.limacampos.ma.gov.br em horário e local agendados pelo(A) Pregoeiro(a) que conduzirá os trabalhos.

6.6.2.2. Se a amostra for reprovada o(a) Pregoeiro(a) adotará medidas para solicitar a apresentação dos segundos colocados na fase de preços para a análise, devendo o procedimento descrito neste item ser cumprido integralmente.

7. FORMA DE PAGAMENTO:

7.1 - O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo dos produtos, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por servidor competente, acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento e das certidões de regularidade fiscal e trabalhista: Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e "Previdenciária", emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal e INSS, conforme Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014 (Ministério da Fazenda); Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual; Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado,



expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual; Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal; Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. O pagamento será efetuado diretamente na conta que o fornecedor apresentar em sua proposta.

7.2 - O pagamento será feito em favor da empresa(s) registrada(s) na Ata de Registro de Preços, devidamente contratada, através de ordem ou transferência bancária na sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pelas Secretarias Requisitantes.

7.3 - A Contratada deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura à Secretarias Requisitantes, acompanhada das Certidões listadas no subitem 7.1, acima.

7.4 - A Nota Fiscal/Fatura será conferida e atestada pela comissão ou servidor responsável pelo Recebimento.

7.5 - O pagamento será efetuado após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

7.6 - Não serão efetuados quaisquer pagamentos à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

7.7 - A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

7.8 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \qquad I = \frac{6/100}{365} \qquad I = 0,00016438$$

i = taxa percentual anual no valor de 6%.

7.9. Caso o pagamento devido seja antecipado pelo CONTRATANTE, o respectivo montante sofrerá desconto proporcional, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 7.8.

7.10. O Cronograma de desembolso será realizado mediante o fornecimento dos produtos, devendo ser efetuado o pagamento no prazo e demais condições constantes no item 7 deste Termo.

8. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS



8.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente do País (Real – R\$).

8.2. Os preços e lances ofertados deverão possuir apenas duas casas decimais após a vírgula (* ,xx)

8.2.1. Não será admitido no preço, o fracionamento de centavos que ultrapassem duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

8.3. Somente serão aceitos os preços unitários e preços totais/globais que estiverem, após a fase de lance/negociação, iguais ou inferiores aos preços estimados/orçados por esta Administração Pública Municipal.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. A apresentação de requisitos de qualificação técnica é um dos fatores que devem ser inseridos nos Termos de Referências e Editais de contratações da Administração Pública como forma complementar de garantir o fornecimento de um produto. Bem assim, deverá conter no Edital a exigência de apresentação de Apresentação de, no mínimo, 01 **(um) atestado/declaração de capacidade técnica**, compatível com o objeto desta licitação, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que o licitante forneceu ou está fornecendo, de modo satisfatório, produtos da mesma natureza ou similares aos da presente licitação.

10. ADJUDICAÇÃO

10.1. A adjudicação das propostas de preços será pelo critério do MENOR PREÇO “POR ITEM”.

10.2. Não há óbice quanto à adjudicação de um ou mais itens para a mesma licitante.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Tendo em vista que a licitação para Registro de Preços independe de previsão de dotação orçamentária, conforme dispõe o Decreto nº 7.892/2013, e Decreto Municipal nº. nº. 20 02 001/2017, as Dotações Orçamentárias, com saldo suficiente para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto serão informadas nos respectivos contratos ou instrumentos equivalentes que poderão advir do procedimento licitatório. No entanto, para efeito de classificação orçamentária, seguem as rubricas informadas pelo setor contábil, com vigência para o exercício em curso:

SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRÂNSITO:

UNI.ORÇAMENTÁRIA:	0801 – Sec. Mun. de Infraestrutura, Urbanismo e Trânsito
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:	26.122.0061
PROJ.ATIVIDADE:___	2.026 – Manutenção do Transporte da Sec. Mun. de Infra-Estrutura
ELEM. DE DESPESA:	3.3.90.30.00 – Material de consumo

SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA PECUARIA E PESCA:

UNI.ORÇAMENTÁRIA:	0701 – Sec. Mun. de Agricultura, Pecuaria e Pesca
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:	20.605.0013
PROJ.ATIVIDADE:___	2.021 – Manutenção do Transporte da Sec. Agricultura
ELEM. DE DESPESA:	3.3.90.30.00 – Material de consumo

11.2 Em caso de eventuais contratações que poderão advir da Ata de Registro de Preços, as despesas decorrentes destes contratos administrativos correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente à época das referidas contratações.

12. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

12.1. Deveres e Responsabilidades da Contratante, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:



- 12.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos;
- 12.1.2. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos usuários/consumidores;
- 12.1.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas;
- 12.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 12.1.5. Preencher e enviar a Ordem de Fornecimento de Bens/serviços de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- 12.1.6. Receber o objeto entregue pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;
- 12.1.7 Solicitar a substituição imediata de produtos que julgar insuficientes, inadequados ou prejudiciais;
- 12.1.8. Recusar com a devida justificativa o objeto entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA;
- 12.1.9. Assumir a responsabilidade pelos prejuízos eventualmente causados à CONTRATADA, decorrentes do mau uso ou operação imprópria, a partir do ato da recepção do produto fornecido para teste até a sua aceitação final, desde que, na sua apresentação, objeto não tenha apresentado defeitos;
- 12.1.10. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
- 12.1.11. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos.
- 12.1.12. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando por escrito à CONTRATADA, as ocorrências de imperfeições, falhas ou irregularidades, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades constatados no fornecimento dos produtos;
- 12.2. Deveres e Responsabilidades da Contratada, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:**
- 12.2.1. Fornecer os produtos conforme especificações definidas no presente Termo de Referência, não podendo nunca ser inferior a esta;
- 12.2.2. Manter capacidade mínima de entrega para atender as demandas contratadas;
- 12.2.3. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Órgão Gerenciador da Ata, relacionados com as características dos produtos;
- 12.2.4. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE nas Ordens de Fornecimento, os produtos objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido;
- 12.2.5. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos produtos que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;



12.2.6. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

12.2.7. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contratos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;

12.2.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.

a) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

12.2.9. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os materiais empregados que julgar inadequados;

12.2.10. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.2.11. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento;

12.2.12. Substituir os produtos reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem ônus para a CONTRATANTE;

12.2.13. Substituir os produtos que apresentarem defeitos, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de demais condições previstas neste Termo de Referência.

12.1.14 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

12.2.15. Em relação à Ata de Registro de Preços, compete aos Fornecedores Registrados:

a) Aceitar os Termos e Condições da Ata de Registro de Preços de acordo com a Legislação Vigente e com o instrumento pactuado no Termo de Referência;

b) Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preço, as condições de habilitação exigidas no edital;

c) Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

12.2.16. A contratante poderá solicitar, a qualquer momento, amostras para análise, a fim de comprovar a qualidade do produto contratado. A DETENTORA DO REGISTRO deverá arcar com os custos da análise, caso o produto ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será devolvido para a inutilização nos termos legais.



12.2.17. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na Ordem de Fornecimento de Bens, objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido;

12.2.18. Arcar com todas as despesas relacionadas à entrega do objeto, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de troca, se houver.

12.2.19. Os Produtos deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor. Deverão, ainda, conter especificações do INMETRO e outros Órgãos de controle de qualidade, quando houver, bem como as características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, orientações de armazenamento, manuais de utilização, quando for o caso, prazo de validade de acordo com o fabricante, contado da data de entrega e demais informações que se fizerem necessárias para a perfeita utilização dos mesmos.

12.2.20. A contratada estará obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preço, ainda que o fornecimento decorrente esteja previsto para ocorrer após o término de sua vigência.

12.2.21. A contratada estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

12.2.22. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o(s) produtos, cuja qualidade, finalidade, eficácia procedência e eficiência, apresentem qualquer nível de desatendimento ao fim a que se presta, ou suspeita em relação a sua procedência, ou ainda, aquele em que se verificarem vícios, defeitos de fabricação, violação, transporte inadequado, incorreções ou falhas resultantes do fornecimento e fabricação.

13. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

13.1. Este planejamento foi elaborado de acordo com o Ordenamento Jurídico Nacional que regulamenta o processo de aquisições para a Administração Pública, Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e constitui peça integrante, indispensável e inseparável do processo licitatório, visando viabilizar a aquisição do objeto descrito neste planejamento;

13.2. Deste modo, o presente documento contém os elementos básicos e essenciais determinados pela legislação, descritos de forma a subsidiar os interessados em participarem do certame licitatório na preparação da documentação e na elaboração da proposta;

13.3. Os produtos que constituem o objeto deste Termo de Referência enquadram-se no conceito de bens comuns, nos termos da legislação em vigor, onde os requisitos técnicos são suficientes para determinar o conjunto da solução escolhida e objeto é fornecido comercialmente por mais de uma empresa no mercado;

13.4. Assim, entende-se que a modalidade de licitação deverá ser **PREGÃO**, a ser realizada na forma ELETRÔNICA, com vistas a obter a melhor proposta para a Administração Pública.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL E GARANTIA DAS PEÇAS E ACESSÓRIOS

14.1 Não haverá prestação de garantia contratual, na forma prevista no art. 56, da Lei Federal nº. 8.666/93.



14.2. As peças/acessórios deverão ter garantia mínima de 06 (seis) meses, ou deverão ter garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante, o que for maior, a contar do recebimento definitivo dos produtos pela Administração Municipal.

15. REGISTRO DE PREÇOS

15.1. O Decreto Municipal nº. 20 02 001/2017, que disciplina o Sistema de Registro de Preços em âmbito municipal, define as hipóteses especiais, porém não taxativas, sobre a admissão do Registro de Preços pela Administração Municipal.

15.2. No caso da contratação pleiteada neste certame, o Registro de Preços é necessário uma vez que a contratação será realizada por diferentes órgãos da Administração Pública Municipal por ocasião do mecanismo de compras conjuntas.

15.3. A aquisição através de Sistema de Registro de Preços, disciplinado pelo Artigo 15, inciso II e §§ 1º a 6º da Lei 8.666/93 e regulamentado pelo Decreto Municipal 20 02 001/2017, possibilitará a execução do projeto de aquisição de peças e acessórios para máquinas.

15.4. Após a adjudicação e a homologação do resultado da licitação pela autoridade competente, será efetuado o registro de preços mediante Ata de Registro de Preços, a ser firmada entre a(s) licitante(s) vencedora(s) e órgão gerenciador, com efeito de compromisso de fornecimento para futuras contratações.

15.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados da sua assinatura e publicação.

15.6. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgãos participantes:

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Trânsito:

SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRANSITO.				
VOLVO L60F ANO 2017				
ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	11110176	FILTRO AR	UND	20
2	11110175	FILTRO DE AR	UND	20
3	11110683	FILTRO SEPARADOR	UND	20
4	20890422	KIT CILINDRO PISTÃO E CAMISA	UND	12
5	20799069	JOGO DE ANEIS DO PISTÃO	UND	12
6	3831236	FILTRO LUB.	UND	12
7	20518337	BOMBA COMBUSTIVEL	UND	4
8	20805349	FILTRO DONALDSON	UND	20
9	11709868	REPARO CIL. INLIN.	UND	8
10	11709998	REPARO CIL. LEVANT.	UND	8
11	11708551	FILTRO	UND	20
12	75245516-C	LAMINA CEI	UND	6
13	11103424	PLACA SEM FURO	UND	6
14	11703590	DISCO FREIO PAPER	UND	48
15	11035346	ANEL PISTÃO FREIO	UND	24
16	11035345	ANEL PISTÃO FREIO	UND	24
17	111173688	ACUMULADOR	UND	4
18	11708883	KIT PASTILHA COM 2 PEÇAS SEM PARAF.	UND	6
19	11709872	REPARO	UND	6
20	11107406/A	BUCHA DE AÇO L-60/70	UND	2
21	11101299	BUCHA L-60/70	UND	6
22	11100994/A	BUCHA DE AÇO L-60/70	UND	6
23	11100984	PINO L-60/70	UND	6
24	11177045/A	BUCHA DE AÇO L-70/90/110/120	UND	6
25	11101059/A	BUCHA DE AÇO L-50/60/70	UND	6
26	11147008	PINO L-60/70	UND	4
27	11090115	PINO L-60/70	UND	4
28	11090106	BUCHA AÇO POLIACETAL L-60/70	UND	6
29	11003910	BUCHA DE AÇO POLIACETAL L-50/60/70	UND	6
30	11176441	PINO L-60	UND	4



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
CNPJ Nº 06.933.519/0001-09
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRÂNSITO

31	11176579	PINO L-60	UND	4
32	11090114	PINO L-60/70	UND	4
33	11091998	PINO L-50/60/70	UND	4
34	11101699	PINO L-60/70/90/110/120	UND	4
PATROL MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K				
ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
35	3522138	BOMBA D'AGUA C/POLIA	UND	2
36	7D1576	LAMINA ¾ 13 FUIROS	UND	12
37	5J4773	PARAFUSO LAMINA	UND	156
38	2J3506	PORCA 3/4	UND	156
39	1U3202	UNHA ESCARIF. 120H (LONGA)	UND	48
40	8E6208	PINO ESCARIF. 120H (BIZA)	UND	48
41	8E6209	TRAVA UNHA 120H	UND	48
42	245-6375	FILTRO AR 120-K DR-1601	UND	20
43	245-6376	FILTRO AR 120-K DRI 075	UND	20
44	1R0762	FILTRO COMBUSTIVEL	UND	20
45	3261644	FILTRO SEPARADOR AGUA	UND	20
46	328-3655	FILTRO TRANSMISSÃO	UND	20
47	1R1807	FILTRO LUBRIFICANTE VEJA	UND	20
48	9X4986	FILTRO AR COND.	UND	20
49	307-1958	EIXO	UND	2
50	1352407	HELICE	UND	2
51	6G4524	TIRA 120-H	UND	24
52	5T2925	CALCO 120G DE DESGASTE DO CIRCULO	UND	12
53	5T8366	CALCO DA LAMINA	UND	12
54	8W1749	PLACA	UND	24
55	5T0735	CORRENTE NK ESPECIAL 54 ELOS DAIDO	UND	6
56	147-3309	EIXO 120-H	UND	4
57	5T2926	SAPATA DO CIRCULO 120H	UND	8
58	8E5529	CANTO DA 120K	UND	12
59	8W1753	SUPORTE LADO DIREITO	UND	2
60	8W1753	SUPORTE LADO ESQUERDO	UND	2
61	8W5092	PINHÃO DO CIRCULO 120H	UND	2
62	4K8659	BUCHA	UND	4
63	4K7463	RETENTOR	UND	6
64	5K0984	BUCHA	UND	6
65	124-3240	PINO FORJADO	UND	2
66	2G6157	PINO	UND	2
67	6K4185	ESPACADOR	UND	4
68	8D9909	CAPA E CONE	UND	4
69	6K4193	FLANGE	UND	4
70	8D9688	ESPACADOR	UND	4
71	6K4186	RETENTOR	UND	6
72	8W8289	COROA 120-H	UND	4
73	2N2138	CAPA JM	UND	4
74	2N2139	CONE JM	UND	4
75	9W7209	RETENTOR DUOCONE 120H/K	UND	6
76	9D3241	CAPA	UND	4
77	9D3242	CONE	UND	4
78	6Y7915	DISCO FREIO 120-H	UND	36
79	8D8794	PLACA	UND	40
80	8D8795	ANEL 120-H	UND	10
81	9D7972	ANEL	UND	10
82	5P2545	ANEL RODA 120H	UND	10
83	6G1780	TERMIN. DIREÇÃO 120G	UND	4
84	5K5288	DUOCONE	UND	6
85	178-1685	TIRA DESGASTE	UND	6
86	8J5299	SUPORTE	UND	4
87	8X4741	MANCAL	UND	10
88	5K5129	ANEL	UND	20
89	8W5293	PINO 120-H	UND	6
90	2G8633	PINO 120H	UND	6
91	030-0060	CAPA	UND	4
92	030-0061	CONE	UND	4
93	7D8637	CAPA	UND	4
94	7D8636	CONE	UND	4
95	2G8631	BUCHA 120-H	UND	6



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
CNPJ Nº 06.933.519/0001-09
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRÂNSITO

96	8W6473	BUCHA 120-H	UND	6
97	2G7387	BUCHA 120-H	UND	6
98	2G7388	BUCHA 120-H	UND	6
99	198-3611	CORREIA	UND	10
PA CARREGADEIRA NEW HOLLAND W130M ANO 2012				
ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
100	J-914454	POLIA VIRA. BREQUIM M. CUMMINS	UND	2
101	148880-A1	ANEL W20E	UND	24
102	148909-A1	ARRUELA	UND	24
103	PSD-530/1-TE	FILTRO COMBUSTIVEL TECFIL	UND	20
104	3H1461	ANEL NITRILICO	UND	20
105	148962-A1	DISCO DE FREIO W20E	UND	48
106	148963-A1	PLACA DE FREIO W20E	UND	48
107	148908-A1	ENGRE. SATELITE. DIFE. DANA W20E	UND	8
108	148916-A1	PINO DIFE. DANA	UND	4
109	148910-A1	PINO DIFE. DANA	UND	4
110	PERI-333 TEC	FILTRO LUBRIFICANTE	UND	20
111	100AMP-HELIA	BATERIA 100 AMP	UND	4
112	148965-A1	ANEL BACK UP	UND	12
113	148915-A1	CRUZETA DIFERENCIAL	UND	4
114	410610-A1	BOMBA FREIO	UND	2
115	PERI-291-TEC	FILTRO COMBUSTIVEL	UND	20
116	148911-A1	PINO	UND	6
117	UCR-210-32 N	ROLAMENTO DE ESFERA	UND	4
118	F-210	MANCAL ROLAMENTO - 210	UND	4
119	25492-DELK	FILTRO PRIMARIO WA200	UND	20
120	8PK2060	CORREIA	UND	10
121	148907-A1	ENGRENAGEM PLANETARIA DIF. DIANTEIRO	UND	4
122	86992662	DENTE CENTRAL W-130-521/621D	UND	12
123	86992663	CANTO ESQUERDO W-130/521/621	UND	6
124	86992664	CANTO DIREITO W-130/521/621D	UND	6
125	6631-CUMMINS	PISTÃO C/ANEIS-PINO E TRAVA STD	UND	12
126	3802376	JOGO DE JUNTA INFERIOR	UND	2
127	3804897	JOGO DE JUNTAS SUPERIOR	UND	2
128	25491	FILTRO DE AR SECUNDARIO	UND	20
129	84227067	RESERVATORIO AGUA	UND	2
130	360984-A1	REPARO CILINDRO INCLINAÇÃO	UND	6
131	360982-A1	REPARO CILINDRO ELEVAÇÃO	UND	6
132	390876-A2	CABO DE ACELERADOR	UND	4
133	361187-A1	COXIM DA TRANSMISSÃO	UND	8
134	355829-A2	ACOPLAMENTO	UND	2
135	347611-A3-C	COLMEIA	UND	2
136	360987-A1	REPARO CILINDRO DIREÇÃO	UND	6
137	371887-A1	HELICE 09 PAS	UND	2
138	84491498	FILTRO HIFRAULICO NEW HOLLAND	UND	10
139	87426773	MOTOR HIDRAULICO DA HELICE	UND	2
140	371232-A2-C	LAMINA	UND	4
141	148898-A1	CARCACA ORIG.	UND	2
142	148912-A1	TAMPA	UND	2
143	148903-A1	DISCO DIFE. DANA.	UND	48
144	148905-A1	DISCO DIFE. DANA.	UND	48
145	148933-A1	RETENTOR DO PIAO	UND	6
146	148940-A1	RETENTOR RODA	UND	8
147	148928-A1	ROLAMENTO PINHÃO	UND	4
148	148936-A1	ROL. DO PINHÃO	UND	4
149	148987	ROLAMENTO DIFERENCIAL	UND	4
150	148942-A1	CUBO DA RODA DO DIFERENCIAL	UND	4
151	148941-A1	ROLAMENTO	UND	8
152	148945-A1	ENGRENAGEM	UND	4
153	87457084	PINHÃO 14 DENTES	UND	4
154	148947-A1	ENGRENAGEM EIXO DANA	UND	24
155	148957-A1	ROLAMENTO EIXO DANA	UND	24
156	148950-A1	FLANGE (SUPORTE DIFERENCIAL)	UND	4
157	148224-A1	CANO FREIO	UND	8
158	148225-A1	CANO FREIO	UND	8
159	391276-A1	ROL.CJ.	UND	4
160	391359-A1	ROLAMENTO	UND	4



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
CNPJ Nº 06.933.519/0001-09
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRÂNSITO

161	356201-A1	PINO 521/621	UND	6
162	87401084	PINO	UND	6
163	87457101	BUCHA DE AÇO	UND	6
164	87457103	SUPORTE DO MANCAL EIXO TRASEIRO	UND	2
165	71102781	BUCHA LISA	UND	6
166	87457102	BUCHA DA BALANÇA	UND	6
167	71102782	ANEL DE BORRACHA	UND	20
168	71102779	ARRUELA EIXO TRAZEIRO	UND	6
169	71102780	GUARNIÇÃO	UND	10
170	86993027	PINO H.	UND	4
171	86993023	PINO CILINDRO INCLINSCAO	UND	4
172	86993026	PINO CILINDRO LEVANTAMENTO	UND	4
173	86993025	PINO BALDE	UND	4
174	86993022	PINO INCLINAÇÃO	UND	4
175	86993024	PINO	UND	4
RETROESCAVADEIRA JCB ANO 2012				
ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
176	329/25683	FILTRO DE AR JCB	UND	20
177	329/25682	FILTRO DE AR JCB	UND	20
178	329/10100-DE	FILTRO HIDRAÚLICO JCB	UND	20
179	581/18076	FILTRO HIDRAÚLICO JCB	UND	20
180	581/18063	FILTRO DA TRANSMISSÃO JCB	UND	20
181	701/80184	CHAVE DE PARTIDA JCB	UND	6
182	32/925587	FILTRO COMBUSTIVEL	UND	20
183	32/925915-DE	FILTRO SEPARADOR DAGUA	UND	20
184	32/925421	TAMPA RESPIRO DO HIDRAULICO	UND	4
185	100AMP-HELIA	BATERIA 100AMP	UND	2
186	02/103600	CORREIA MOTOR JCB	UND	10
187	02/103513	FILTRO LUBRIFICANTE JCB	UND	20
188	02/103538	JUNTA DO TERMOSTATO	UND	6
189	02/103509	JUNTA TAMPA MOTOR	UND	12
190	02/103710	VALVULA DE ESCAPE	UND	12
191	02/103536	VALVULA TERMOSTATICA	UND	2
192	02/103471	VEDADOR DE VALVULA	UND	24
193	209/00400	BOMBA TRANSMISSÃO JCB	UND	2
194	914/35401	CRUZETA	UND	4
195	914/86202	CRUZETA	UND	4
196	904/14300	ANEL TEFLON	UND	20
197	904/20172	RETENTOR JCB VITON	UND	20
198	904/50040	RETENTOR 46.15 – 80 – 16.5	UND	20
199	904/50047	RETENTOR 45 – 65 – 18.5	UND	20
200	904/50033	RETENTOR DA RODA TRAZEIRA JCB	UND	4
201	904/50023	RETENTOR	UND	12
202	450/10206	ENGRENAGEM PLANETARIA JCB	UND	12
203	904/06200	RETENTOR	UND	6
204	450/12403	ENGREN PLANET CENTRAL JCB	UND	4
205	450/12702	CUBO DA JCB	UND	2
206	126/02253	TERMINAL DIREÇÃO JCB	UND	6
207	458/20353	DISCO DE AÇO	UND	6
208	448/42402	TAMPA	UND	4
209	907/08300	ROLAME. CABEÇA GATO JCB	UND	12
210	991/00102	REPARO CIL. DE LEVANTE	UND	6
211	991/00100	REPARO CIL. DE INCLINAÇÃO JCB	UND	6
212	991/00156	REPARO CIL. DIREÇÃO JCB	UND	6
213	991/00110	REPARO JCB	UND	6
214	991/00145	REPARO CIL. ESTABILIZADOR JCB	UND	6
215	991/00147	CILINDRO DA CAAMBA	UND	6
216	991/00103	REPARO CIL. JCB	UND	6
217	991/00163	REPARO GIRO JCB	UND	6
218	123/04023	LAMINA RETROESCAV. JCB	UND	4
219	531/03205	DENTE CENTRAL JCB	UND	24
220	531/03208	DENTE LATERAL JCB (LADO DIREITO)	UND	6
221	531/03209	DENTE LATERAL JCB (LADO ESQUERDO)	UND	6
222	20/925579	BOMBA ENGRENAGEM JCB	UND	2
223	309/25526	HELICE MOTOR JCB	UND	2
224	123/07303	PEDAL ACELERADOR	UND	2
225	123/05892	TAMPA DO TANQUE JCB	UND	4



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
CNPJ Nº 06.933.519/0001-09
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRÂNSITO

226	910/60216	CABO	UND	4
227	910/48801	CABO ACELERADOR JCB	UND	4
228	910/60176	CABO ACELERADOR JCB	UND	4
229	910/60253	CABO DE FREIO DE MÃO	UND	4
230	910/52400	CABO JCB	UND	4
231	910/48400	CABO JCB CONTROLE RETRO	UND	4
232	910/60241	CABO NIVELADOR CACAMB. JCB	UND	4
233	811/70012	PINO CIL DIREÇÃO JCB	UND	4
234	811/50369	PINO JCB	UND	4
235	811/90593	PINO JCB	UND	4
236	811/50569	PINO JCB	UND	4
237	811/50375	PINO JCB	UND	4
238	811/50381	PINO JCB	UND	4
239	G65/0	BUCHA JCB	UND	4

ÓRGÃO PARTICIPANTE: Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca:

SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PECUARIA E PESCA.				
TRATOR MF 283 ANO 2008				
ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
240	100AMP	BATERIA 100 AMP	UND	4
241	12V A CINAP	ALTERNADOR	UND	2
242	9000083055	MOTOR PARTIDA	UND	2
243	P-4016	KIT MOTOR	UND	24
244	423670	B BIELA	UND	6
245	423669	B .MANCAL	UND	6
246	70998009	VIRABREKIM	UND	3
247	424804	BIELA	UND	8
248	70991809	BOMBA DE OLEO	UND	6
249	423617/801	JG DE JUNTAS SUPERIOR	UND	6
250	423617/802	JG DE JUNTAS INFERIOR	UND	6
251	4236 BL RE	BLOCO MOTOR	UND	1
252	4236CABC	CABECOTE	UND	1
253	70998082	VALVULAS ESCAPE JG	UND	8
254	70998019	VALVULAS ADM JG	UND	8
255	4236MF B.J	BOMBA INJ REMAN	UND	1
256	4236 REM	MOTOR REMAN	UND	1
257	4236 TURB	TURBINA	UND	2
258	T-149-A	FILTRO COMBUSTIVEL	UND	20
259	49922333	FILTRO HIDRAULICO	UND	10
260	PER-137	FILTRO LUBRIFICANTE	UND	20
261	C-15300	FILTRO DE AR 1	UND	20
262	CF-300	FILTRO DE AR 2	UND	20
263	W-4678	TENSOR	UND	5
264	13X1345	CORREIA	UND	20
265	UR-325	BOMBA DAGUA	UND	6
266	48548/10	ROLAMENTO RODA	UND	10
267	1481873	MANGA DE EIXO	UND	4
268	894832	CUBO	UND	4
269	3146772	TREMINAL DIRECAO	UND	6
270	3176270	COROA E PINHAO DINATEIRO	UND	2
271	3176340	ENGRENAGEM PLANETRIA RODA	UND	12
272	3176336	SEMI EIXO	UND	4
273	33548	RETENTOR DE RODA	UND	10
274	CZ-117	CRUZETA	UND	10
275	3147681	PINOS DIRECAO	UND	6
276	3305	ROLAMENTO	UND	8
277	2802612	BOMBA DIRECAO	UND	2
278	2730954	REPARO CIL DIRECAO	UND	6
279	3148318	CILINDRO DIRECAO	UND	2
280	3409928	HORBITROL	UND	2
281	489331	RODA DIANTEIRA	UND	4
282	489690	RODA TRAZEIRA	UND	4
283	2801211	RADIADOR COMPLETO	UND	2
284	2801211	COLMEIA	UND	2
285	2800228	TANQUECOMBUSTIVEL	UND	2



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
CNPJ Nº 06.933.519/0001-09
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRÂNSITO

286	3410451	FAROL	UND	6
287	3149968	LANTERNA	UND	6
288	3408361	VOLANTE DIRECAO	UND	2
289	3412120	PLATOR	UND	2
290	3412120	DISCO	UND	6
291	886727	COLAR	UND	6
292	1052	ROLAMENTO COLAR	UND	6
293	27518	VOLANTE MOTOR	UND	2
294	40925	ENGRENAGEM CX	UND	2
295	37804	ENGRENAGEM CX	UND	2
296	516388	ENGRENAGEM CX	UND	2
297	169236	ENGRENAGEM CX	UND	2
298	3408812	EIXO PRIMARIO	UND	2
299	3410257	EIXO CX	UND	2
300	D5NN A405	BANCO ALMOFADA	UND	4
301	2800980	BANCO COMPLETO	UND	2
302	MF PARL	PARALAMA	UND	2
303	3176324	CARDAN DA TRACAO	UND	2
304	3409609	LUVA TRACAO	UND	6
TRATOR VALTRA BM 110 4X4 ANO 2015				
ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
305	836747324	VIRABREQUIM	UND	2
306	836647420	CAMISA MOTOR	UND	16
307	836640073	PISTÃO MOTOR	UND	16
308	836640078	JG ANEIS	UND	16
309	836652104	BIELA	UND	8
310	836655536	JOGO BRONZ MANCAL	UND	16
311	836110552	JOGO BRONZ BIELA	UND	16
312	614400002	RETENTOR VOLANTE	UND	4
313	836746362	JUNTA TAMPA VALV.	UND	4
314	836764156	JUNTA CABEÇOTE	UND	4
315	836652605	BOMBA OLEO	UND	4
316	836129728	JUNTA CARTE	UND	4
317	80270500	FILTRO AR 1º	UND	10
318	80270400	FILTRO AR 2º	UND	10
319	32059420	SILENCIOSO	UND	10
320	836764049	TURBINA	UND	4
321	836647133	FILTRO LUB	UND	10
322	836015106	FILTRO BOMBA	UND	10
323	836659580	BOMBA TRANSFERENCIA	UND	6
324	82623800	BOMBA INJETORA	UND	2
325	82639000	RADIADOR	UND	2
326	836764215	BOMBA DAGUA	UND	2
327	836140044	VENTILADOR	UND	2
328	835331592	MOTOR PARTIDA	UND	2
329	82028000	ALTERNADOR	UND	2
330	80857100	FAROL	UND	8
331	80882400	PLATÔ	UND	2
332	80031020	DISCO EMBREAGEM	UND	4
333	81636300	EIXO LATERAL	UND	2
334	80006400	COROA PINHÃO	UND	2
335	30184800	DISCO FREIO	UND	16
336	411040	PLACA FREIO	UND	16
337	KH-3636	RETENTOR TRAZ.	UND	20
338	80249700	CILINDRO MESTRE	UND	4
339	LA-5114	ROLAMENTO CX MARCHA	UND	4
340	81635800	ENGRENAGEM CX	UND	4
341	81635900	ENGRENAGEM CX	UND	4
342	30614220	CONJ. SINCRONIZADOR	UND	4
343	81636000	ENGRENAGEM CX	UND	4
344	30012300	EIXO PRINCIPAL	UND	2
345	LA-5013	ROLAMENTO CAIXA	UND	4
346	81776500	ENGRENAGEM CX	UND	4
347	30014100	EIXO INTERMEDIARIO	UND	4
348	80591010	EIXO TRAZEIRO	UND	4
349	411020	ATIVADOR	UND	4
350	30170900	SUPORTE	UND	2



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
CNPJ Nº 06.933.519/0001-09
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E TRÂNSITO

351	30181500	CILINDRO FREIO	UND	4
352	81863300	ORBITROL	UND	2
353	80985800	CARDAN	UND	2
354	80377500	LUVA	UND	4
355	31792500	PINO	UND	6
356	81939400	CARCACA ESQUERDA	UND	2
357	81939600	CARCACA DIREITA	UND	2
358	81953400	CUBO DA RODA	UND	4
359	81953800	JG ENGRENAGEM	UND	4
360	31796600	ENGRENAGEM INTERNA	UND	4
361	81945700	ROLAMENTO DIANTEIRO	UND	8
362	31797000	CARCAÇA PLANETARIA	UND	2
363	81954400	CILINDRO DIREÇÃO	UND	2
364	81587200	RODA TRAZEIRA	UND	4
365	81950800	COROA PINHÃO DIANT.	UND	2
TRATOR MF4292				
ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
366	88627100	VIRABREQUIM	UND	2
367	6220419	VOLANTE MOTOR	UND	2
368	614105880	RETENTOR	UND	6
369	89605600	KIT CABEÇOTE	UND	2
370	80604900	BOMBA INJETORA	UND	2
371	80639500	HELICE	UND	2
372	806476001	TURBINA	UND	2
373	89610900	KIT MOTOR	UND	4
374	89611000	JG JUNTAS	UND	4
375	3823621-M91	MOTOR PARTIDA	UND	2
376	83632800	ALTERNADOR	UND	2
377	6270021-M91	CONJ. FILTRO AR	UND	2
378	6770056-M1	MANGOTE	UND	4
379	6274391-M1	MANGOTE	UND	4
380	6223614-M1	ELEMENTO FILTRO AR	UND	10
381	6223615-M1	ELEMENTO FILTRO AR	UND	10
382	6267869-M91	TUBO ESCAPE	UND	4
383	6272000-M91	SILENCIOSO	UND	4
384	6215001-M91	RADIADOR	UND	2
385	073476-N1	TANQUE COMBUSTIVEL	UND	2
386	044701-T1	PLATO	UND	4
387	6237287-M92	DISCO	UND	4
388	039423-P1	EIXO PRIMARIO	UND	4
389	6226154-M1	COLAR ENBREAGEM	UND	6
390	6223296-M1	ROLAMENTO	UND	6
391	039410-N2	CONJ. SINCRONIZADO	UND	4
392	4200008-M91	COROAPINHAO	UND	4
393	020543-T1	CILINDRO RODA	UND	2
394	3823952-M1	DISCO FREIO	UND	8
395	3613538-M2	PLACA FREIO	UND	4
396	1484988-M1	BARRA TRAÇÃO	UND	4
397	3176380-M91	TERMINAL DE DIREÇÃO LD	UND	6
398	3176379-M91	TERMINAL DE DIREÇÃO LE	UND	6
399	3176330-M1	ROLAMENTO	UND	4
400	3176321-M1	PINO ARTICULAÇÃO	UND	4
401	3176340-M1	ENGRENAGEM TRAÇÃO DIANTEIRA	UND	6
402	E2NN-1N055-A	ROLAMENTO	UND	8
403	3176712-B	BUCHA MF MANCAL	UND	4
404	3176322-M1	BUCHA DO ACION. DO REDUTOR DI.	UND	4
405	3176324-M91	CARDAN COMPLETO	UND	2
406	3176335-M1	COROAN PLAN MF 4X4 90X50	UND	2
407	3176336-M1	EIXO	UND	2
408	3176339-M1	CAIXA PLANETARIA	UND	2
409	3176342-M1	ANEL TRAVA	UND	6
410	033548-R1	RETENTOR RODA DIANTEIRA MF 4X4	UND	10
411	3176378-M1	REPARO	UND	10
412	052107-M1	BOMBA DUPLA	UND	2
413	3408340-M91	ARO 295 4X4	UND	2
414	3409609-M1	LUVA	UND	10
415	3176208-M1	ENGRENAGEM MF 30D	UND	6



16. DO CONTRATO

16.1 O contrato, que obedecerá as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, e estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade da empresa licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições especificadas neste Termo de Referência.

16.1.1. Em conformidade com o art. 64 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, devidamente fundamentado no art. 9º da Lei nº 10.520/02, a administração convocará a empresa detentora do registro de preços, para assinatura do termo de contrato, a qual terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação, para celebração do contrato.

16.1.2. O prazo de convocação estipulado no item 16.1.1 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

16.2. O presente Termo de Referência, Edital e seus anexos, bem como a proposta da empresa licitante vencedora do certame, farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.

16.3. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as devidas justificativas.

16.4. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, pela Prefeitura Municipal de Lima Campos, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial desde que a contratada deixe de cumprir com quaisquer das Cláusulas do Contrato, além de ficar sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e no edital desta licitação.

16.5. O contrato terá vigência de acordo com as condições estabelecidas na minuta do contrato, podendo ser celebrado a qualquer tempo durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

17. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

17.1. A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre as quantidades, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18. GARANTIA DOS PRODUTOS

18.1. As peças/acessórios deverão ter garantia mínima de 06 (seis) meses, ou deverão ter garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante, o que for maior, a contar do recebimento definitivo dos produtos pela Administração Municipal

18.2. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade da peças/acessórios fornecidos.

19. DAS SANÇÕES

19.1. O licitante ou Beneficiário da Ata de Registro de Preços que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, se for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, mediante procedimento administrativo que lhe assegurará o contraditório e a ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no SICAF e/ou Sistema de Cadastro de Fornecedores Estadual ou Municipal, pelo prazo de até



5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

19.2 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste edital, erros ou atraso e quaisquer outras irregularidades não justificadas, poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes penalidades:

19.2.1 Multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do Contrato em caso de atraso na entrega do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis na substituição de produtos entregues com avarias ou com prazo de validade inferior ao exigido. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de atraso na entrega do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", do subitem 19.2.1., ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

19.3 A sanção de impedimento do direito de licitar ou contratar com o Município de Lima Campos – MA, poderá ser aplicada ao fornecedor juntamente com a de multa. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

19.4 As multas previstas neste Edital, serão descontadas após regular processo administrativo, dos pagamentos devidos pela Contratante.

19.5 Se não restarem pendentes valores a serem pagos ao fornecedor ou se os valores das multas forem superiores aos pagamentos devidos, fica o FORNECEDOR ou ADJUCATÁRIO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da notificação, devendo ser apresentado o comprovante de pagamento a esta Prefeitura Municipal, sob pena de cobrança judicial.

19.6 Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

19.7 A solicitação de prorrogação, com sua justificativa, deverá ser formulada por escrito e encaminhada com antecedência mínima de 01 (um) dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

19.8 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

19.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

19.10. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.



19.11. Nenhum pagamento será feito à empresa detentora do Registro, antes de pagas ou relevadas as multas que lhe tenham sido aplicadas.

20. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

20.1. A aquisição do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada para esse fim.

20.1.1 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas, vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, na vigência do art. 70 da Lei nº 8.666/93.

20.2 À comissão ou servidor designado compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 67, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

20.3 Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos bens, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os produtos fornecidos diretamente por servidor designado.

20.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização do objeto deverão ser solicitadas à autoridade superior deste Município, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

21. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

21.1. O edital da licitação definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial às luz da Lei nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93 e ulteriores alterações, exigindo principalmente documentação relativa a:

- 21.1.1. Habilitação jurídica;
- 21.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista;
- 21.1.3. Qualificação técnica (conforme disposições contidas no item 10);
- 21.1.4. Qualificação econômico-financeira;
- 21.1.5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

22. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

22.1 O objeto deste Termo de Referência se fundamenta na Lei Federal nº. 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 021/2020, aplicando-se ainda as disposições contidas no Decreto Municipal nº 20 02 001/2017, Lei Complementar nº. 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Complementar nº 155/2016, subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais normas pertinentes.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2021

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 070/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE 039/2021

Ao

Pregoeiro do Município de Lima Campos (MA)

Assunto: Proposta de Preços referente ao Pregão Eletrônico nº. 039/2021

DADOS DA EMPRESA			
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:			
NOME FANTASIA:			
CNPJ:		INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
ENDEREÇO:	CEP:	MUNICÍPIO:	UF:
TELEFONE:		EMAIL:	
REPRESENTANTE LEGAL P/ASSINATURA DA ATA/CONTRATO			
NOME COMPLETO:			
RG:	EMISSOR:	CPF:	
ENDEREÇO:	CEP:	MUNICÍPIO:	
TELEFONES:		EMAIL:	
DADOS BANCÁRIOS			
BANCO:	AGÊNCIA:	C/C:	

Apresentamos ao pregoeiro e sua equipe de apoio, nossa proposta objetivando o registro de preços para eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de peças e acessórios para máquinas, de interesse desta Administração Pública, conforme PREGÃO ELETRÔNICO ____/2021. Segue proposta com descrição dos itens na planilha abaixo:

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA (se houver)	UNID	QUANT.	PREÇO R\$	
					UNIT. R\$	TOTAL R\$

Nossa proposta tem preço total de R\$(valor numérico e por extenso)

Prazo de Pagamento:

Prazo de entrega:

Validade da Proposta:

Declaro para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2021, que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente Pregão, bem como as despesas com execução dos serviços.

Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que os serviços serão executados de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.



(local e data)

(Nome e assinatura do responsável da empresa)



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2021
ANEXO III**

**PROCESSO ADM. Nº 070/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2021**

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2021, o MUNICIPIO DE LIMA CAMPOS-MA, inscrito no CNPJ nº 06.933.519/0001-09, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Trânsito, com sede na Av. JK, S/N, Centro, Cep 65.728-000, Lima Campos-MA, neste ato representada pela Secretária Municipal de Administração e Finanças, Sr^a. _____, portadora da cédula de identidade nº _____ e CPF nº _____, resolve registrar os preços das empresa(s) signatária(s), vencedora(s) do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2021, sob o regime de compras pelo Sistema de REGISTRO DE PREÇOS para a eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de peças e acessórios para máquinas, de interesse desta Administração Pública, a teor do disposto na Lei Federal nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 021/2020, Decreto Municipal nº 20 02 001/2017, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberam, a Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores e demais normas pertinentes à espécie, em conformidade com as disposições a seguir:

1. FORNECEDOR(ES), PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS REGISTRADOS:

Nome empresarial:						
CNPJ nº:						
Endereço:						
(DDD) Telefone: _____ (DDD) Fax: _____						
E-mail:						
Representante legal:						
CPF nº:						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quant.	P. Unitário Registrado (R\$)	P. Total Registrado (R\$)

1.1. A empresa detentora do menor preço registrado assume o compromisso de fornecer os produtos, de acordo com as especificações, durante o período de vigência desta Ata.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com fornecedor registrado será formalizado pela Contratante, mediante assinatura de Termo de Contrato ou instrumento equivalente, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº. 039/2021.

2.2 O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato ou documento equivalente, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do Pregão Eletrônico nº. 039/2021.



2.3 A presente Ata implica em compromisso de fornecimento, após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o fornecedor obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante sua validade, dentro dos quantitativos estimados.

2.4 A entrega do(s) item(s) deverá ser efetuada após a respectiva assinatura do contrato ou documento equivalente.

3. DA VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da presente Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura, e conseqüente publicação na imprensa oficial.

4. DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

4.1 A Prefeitura Municipal de Lima Campos adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata, incluindo o acompanhamento periódico dos preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento.

4.2 Durante a vigência da ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, devidamente comprovada, ou quando os preços praticados no mercado sofrerem redução.

4.3 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

4.4 A beneficiária, quando for o caso previsto acima, deverá formular à administração requerimento para a revisão comprovando a ocorrência do fato.

4.5 A comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da Proposta e do momento do pedido da revisão.

4.6 Junto com o requerimento a beneficiária deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da Proposta e do momento do pedido de revisão, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

4.7 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão dos valores pactuados.

4.8 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante poderá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

4.9. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.10 Na hipótese do subitem anterior, o Contratante convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

4.11 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento;



II - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

4.12 Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5. DOS USUÁRIOS

5.1.1 Nos termos do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, de acordo com as condições e as regras estabelecidas na legislação aplicável à matéria.

5.1.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração da utilização da ata de registro de preços;

5.1.1.2. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.1.1.3. As adesões às atas somente poderão ser efetuadas com autorização do órgão gerenciador. Após a autorização do órgão gerenciador, o "carona" deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

5.1.1.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgãos ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.1.2. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar os produtos registrados dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, podendo valer-se de outros meios legais para adquiri-los, observado o disposto neste edital e seus anexos.

5.1.3. É assegurada aos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços a preferência de fornecimento, quando, na hipótese de que trata o subitem 5.1.2, do processo específico para compra, resultar preço igual ou superior ao registrado.

6. DO CANCELAMENTO

6.1 O Fornecedor terá o seu Registro de Preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) - descumprir as condições da ata de registro de preços ou exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços;
- b) - não assinar o contrato, retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.



e) - forem observadas razões de interesse público, nos termos do art. 78, inciso XII, da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovadas;

6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas letras “a”, “b” e “d” deste item, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) - por razão de interesse público; ou

b) - a pedido do fornecedor

7. DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1 As condições gerais do fornecimento dos bens, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do(s) fornecedor(es) registrado(s), sanções e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

7.2 As condições de entrega e recebimento, faturamento, pagamento, garantia, penalizações e sanções, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, e outras expressamente relacionadas no Edital do Pregão Eletrônico nº 039/2021 e seus Anexos, constante do Processo Administrativo nº 070/2021 integram a presente Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição.

8. DA DIVULGAÇÃO E ASSINATURA

8.1 A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

8.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais Órgãos participantes (se houver).

9. DO FORO

9.1 Fica eleito o Foro do Município de Pedreiras, Estado do Maranhão, para dirimir as questões que possam advir do presente compromisso.

E por estarem de acordo, as partes Contratantes, foi lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em 03 (três) vias de igual teor.

Lima Campos/MA, ___ de _____ de 2021

MUNICÍPIO DE LIMA CAMPOS/MA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS
XXXXXXXXXXXXXX
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE XXXXXXX
PORT.: XXXXX

DETENTORA DO REGISTRO:



.....
CNPJ nº:

Nome :

Cargo :

R.G. :

TESTEMUNHAS :

1) _____

CPF: _____

2) _____

CPF: _____



ANEXO DA ATA DO SRP Nº xxxxx

CADASTRO DE RESERVA DAS EMPRESAS LICITANTES

Aceitam cotar os bens ou serviços objeto desta Ata de Registro de Preços com preços iguais ao do licitante vencedor do Pregão Eletrônico n.º 039/2021, da Prefeitura Municipal de Lima Campos, Estado do Maranhão, na sequência da classificação do certame, os seguintes fornecedores:

FORNECEDOR	CNPJ	ENDEREÇO	REPRESENTANTE	INFORMAÇÕES PARA CONTATO (e-mail, telefone, etc)



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2021
ANEXO IV**

MINUTA DO CONTRATO

Processo Administrativo nº
CONTRATO Nº

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LIMA CAMPOS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXX E A EMPRESA XXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE LIMA CAMPOS, ESTADO DO MARANHÃO, inscrita no C.N.P.J sob o nº 06.933.519/0001-09, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria Municipal de _____, com sede na _____, Lima Campos, Maranhão, neste ato representada pelo(a) Sr^{o(a)}. _____, Secretário(a) Municipal de _____, inscrito no CPF nº _____ e portador do RG nº _____, e SECRETARIA MUNICIPAL DE _____, neste ato representada pelo Secretário Municipal de _____, Sr^{o(a)} _____, inscrito no CPF nº _____, e portador do RG nº _____, doravante denominados **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o n.º _____, com sede na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal, Sr^o _____, R.G. n.º _____, C.P.F. n.º _____, têm, entre si, ajustado o presente **CONTRATO Nº _____**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 039/2021**, formalizado nos autos do **Processo Administrativo nº 070/2021**, submetendo-se às cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos **pela Lei Federal nº 10.520/02**, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, a **Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores**, a **Lei Complementar nº 123/2006** e demais normas pertinentes à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de peças e acessórios para máquinas, de interesse desta Administração Pública Municipal, conforme especificações descritas no Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação na modalidade Pregão, sob o nº 039/2021, e em conformidade com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor global do presente Contrato é de R\$ (.....), conforme planilha abaixo:

Item	Descrição	Und	Quant	Preço R\$	
				Unitário	Total
01				
VALOR TOTAL R\$.....					

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1. Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I – Edital do Pregão Eletrônico n.º 039/2021;



- II – Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela CONTRATADA;
III – Ata de Registro de Preços nº/20.....

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até de de (_____).

4.2. O presente contrato poderá ter sua vigência prorrogada, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Os pedidos dos produtos a serem adquiridos pelas Secretarias Requisitantes serão realizados ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do(s) respectivo(s) contrato(s). A cada solicitação será formalizada a emissão da Ordem de Fornecimento, onde serão detalhados os produtos e quantidades para a entrega, além do local exato onde será(ao) efetuada(s) a(s) referida(s) entrega(s), a ser encaminhada à Empresa detentora do Registro de Preços (contratada) por meio de fax, e-mail eletrônico ou outro meio hábil.

5.2. A entrega será feita de forma parcelada, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da data de recebimento da Ordem de Fornecimento (pedido de fornecimento dos produtos), nos endereços que serão informados pela(s) Secretaria(s) Requisitante(s) nas respectivas ordens de fornecimento, tudo por conta do fornecedor.

5.3. O(s) produto(s) será(ao) recebido(s) provisoriamente no ato da entrega, e, definitivamente, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados do recebimento provisório e após a verificação da qualidade e do quantitativo dos produtos.

5.4 Os Produtos reprovados no recebimento provisório serão devolvidos, devendo a Contratada substituí-los no prazo de até **03 (três) dias úteis**, contados a partir da Notificação, arcando com todos os custos decorrentes. Caso este prazo não seja observado, será considerada inexecução contratual. A substituição dos produtos não exime a Contratada da aplicação de penalidades por atraso no fornecimento.

5.4.1. A urgência para substituição segue do fato da manutenção de estradas e outros serviços serem primordiais para a economia do município.

5.5. Os Produtos, objeto do presente Termo de Referência, deverão ser entregues em todo território municipal, nos endereços que serão indicados pela(s) Secretaria(s) Requisitante(s) nas respectivas Ordens de Fornecimento, ou no Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Lima Campos, no endereço: Av. JK, S/N, Centro – Lima Campos/MA, em dias de expediente, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 14:00h, horário local, a critério da CONTRATANTE.

5.6. A Secretaria Requisitante designará uma comissão ou um servidor para efetuar o recebimento dos produtos, na forma prevista neste Termo de Referência, obedecidas as disposições constantes na alínea b, inciso II do Art. 73, da Lei nº. 8.666/93.

5.7. Os prazos de fornecimento dos produtos poderão ser prorrogados, a critério da Secretaria(s) Requisitante(s), desde que a Contratada formalize o pedido por escrito e fundamentado em motivos de caso fortuito, sujeições imprevistas e/ou de força maior, observado o art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.8. As aquisições/contratações dos itens constantes do presente contrato ocorrerão de acordo com as necessidades e conveniências da Secretaria Requisitante, e desde que exista



o respectivo crédito orçamentário, mediante a emissão de Contrato e da respectiva Nota de Empenho e posterior Ordem de Fornecimento.

5.9. Os prazos de fornecimento do referido objeto poderão ser prorrogados, a critério da Prefeitura de Lima Campos desde que a Contratada formalize o pedido por escrito e fundamentado em motivos de caso fortuito, sujeições imprevistas e/ou de força maior, observado o art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.10. O recebimento dos produtos será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei nº 8.666/93.

5.11. Demais condições de entrega e recebimento dos produtos estão previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital da licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, este contrato será fiscalizado pela CONTRATANTE, mediante servidor designado do quadro de servidores da Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo dos produtos, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por servidor competente, acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento e das certidões de regularidade fiscal: Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e “Previdenciária”, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal e INSS, conforme Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014 (Ministério da Fazenda); Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual; Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual; Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal; Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. O pagamento será efetuado diretamente na conta que o fornecedor apresentar em sua proposta.

7.2. O pagamento será feito em favor da empresa contratada, através de ordem bancária na sua conta corrente, após assinatura do **Termo de Recebimento Definitivo**, emitido pela Secretaria Requisitante.

7.3. A Contratada deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura à contratante, acompanhada das Certidões listadas nesta cláusula.

7.4. A Nota Fiscal/Fatura será conferida e atestada pela comissão ou servidor responsável pelo Recebimento.

7.5. O pagamento será efetuado após a assinatura do **Termo de Recebimento Definitivo**, no prazo previsto nesta cláusula, desde que não haja fator impeditivo provocado pela



CONTRATADA.

7.6. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

7.7. A Prefeitura Municipal de Lima Campos, poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

7.8. O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3º, Lei nº 8.666/93.

7.9 - Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pró-rata tempore", em relação ao atraso verificado.

7.10. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, à CONTRATADA, mediante Ordem Bancária, no Banco xxx, nº..., Conta Corrente nº..., Agência nº... em nome de

7.11. O Cronograma de desembolso será realizado mediante a entrega dos Produtos, devendo ser efetuado o pagamento no prazo e demais condições constantes nesta Cláusula. O pagamento estará condicionado à disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA OITAVA – DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

8.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \qquad I = \frac{6/100}{365} \qquad I = 0,00016438$$

i = taxa percentual anual no valor de 6%.

8.2. Caso o pagamento devido seja antecipado pelo CONTRATANTE, o respectivo montante sofrerá desconto proporcional, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 8.1.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO

9.1. Os preços fixados para a aquisição do objeto deste contrato são fixos e irrevogáveis, ressalvadas as hipóteses previstas no Edital e na cláusula Décima do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA REVISÃO DE PREÇOS

10.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, procedendo-se a **revisão** em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

10.2 Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93



e alterações posteriores, mediante comprovação documental e requerimento expresso da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Lima Campos, classificada conforme dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão
Unidade Gestora
Função
Sub-Função
Programa
Projeto Atividade
Classificação Econômica
Fonte de Recurso

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DOS PRODUTOS

12.1. As peças/acessórios deverão ter garantia mínima de 06 (seis) meses, ou deverão ter garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante, o que for maior, a contar do recebimento definitivo dos produtos pela Administração Municipal

12.2. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade do produtos fornecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Caberá à **CONTRATADA**, além das obrigações previstas no edital, no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 039/2021 e na Ata de Registro de Preços nº/20.....:

13.1.1. Fornecer os produtos conforme especificações definidas no presente Termo de Referência, não podendo nunca ser inferior a esta;

13.1.2. Manter capacidade mínima de entrega para atender as demandas contratadas;

13.1.3. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Órgão Gerenciador da Ata, relacionados com as características dos produtos;

13.1.4. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE nas Ordens de Fornecimento, os produtos, objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido;

13.1.5. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos produtos que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;

13.1.6. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

13.1.7. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contratos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;

13.1.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.

a) Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará a CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitido pelo Gestor



do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

13.1.9. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os produtos empregados que julgar inadequados;

13.1.10. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.11. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento;

13.1.12. Substituir os produtos reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem ônus para a CONTRATANTE;

13.1.13. Substituir os produtos que apresentarem defeitos, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo de demais condições previstas neste Termo de Referência.

13.1.14. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.1.15. Em relação à Ata de Registro de Preços, compete aos Fornecedores Registrados:

- a) Aceitar os Termos e Condições da Ata de Registro de Preços de acordo com a Legislação Vigente e com o instrumento pactuado no Termo de Referência;
- b) Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preço, as condições de habilitação exigidas no edital;
- c) Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

13.1.16. A contratante poderá solicitar, a qualquer momento, amostras para análise, a fim de comprovar a qualidade do produto contratado. A DETENTORA DO REGISTRO deverá arcar com os custos da análise, caso o produto ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será devolvido para a inutilização nos termos legais.

13.1.17. Entregar, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na Ordem de Fornecimento de Bens, os produtos objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido;

13.1.18. Arcar com todas as despesas relacionadas à entrega do objeto, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de troca, se houver.

13.1.19. Os produtos deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor. Deverão, ainda, conter especificações do INMETRO e outros Órgãos de controle de qualidade, quando houver, bem como as características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, orientações de armazenamento, manuais de utilização, quando for o caso, prazo de validade de acordo com o fabricante, contado da data de entrega e demais informações que se fizerem necessárias para a perfeita utilização dos mesmos.



13.1.20. A detentora do registro de preços estará obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preço, ainda que o fornecimento decorrente esteja previsto para ocorrer após o término de sua vigência.

13.1.21. A detentora do registro de preços estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

13.1.22. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições de uso e aplicabilidade, no prazo e locais indicados pela Secretaria Requisitante, em estrita observância das especificações do TERMO DE REFERÊNCIA, acompanhado da respectiva fatura (Nota Fiscal) constando detalhadamente as especificações técnicas do produto;

13.1.23. Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria Contratante, inerentes ao objeto da presente aquisição;

13.1.24. Comunicar a secretaria requisitante, no prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas que anteceda a data de entrega, apresentando os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.25. Manter, durante toda a execução da aquisição, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na aquisição;

13.1.26. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que esta obrigada, exceto nas condições autorizadas no TERMO DE REFERÊNCIA ou na minuta de contrato;

13.1.27. Assumir o ônus e responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação da garantia e qualquer outra(s) contribuição(ões) tributaria(s), fiscal(is) e de logística que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

13.1.28. Cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação nos desempenhos de suas atividades de rotinas.

13.1.29. Cumprir em sua totalidade as disposições constantes no Termo de Referência e no edital da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. Caberá ao **CONTRATANTE** além das obrigações previstas no edital e no Anexo I, Termo de Referência, do Pregão Eletrônico nº 039/2021 e na Ata de Registro de Preços nº/20.....:

14.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos;

14.1.2. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos usuários;

14.1.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas;

14.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

14.1.5. Preencher e enviar a Ordem de Fornecimento de Bens de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;



14.1.6. Receber os produtos entregues pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;

14.1.7. Recusar com a devida justificativa qualquer produto entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA;

14.1.8. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

14.1.9. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES

15.1. O Beneficiário da Ata de Registro de Preços que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, se for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, mediante procedimento administrativo que lhe assegurará o contraditório e a ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no SICAF e/ou Sistema de Cadastro de Fornecedores Estadual ou Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

15.2 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no edital, erros ou atraso e quaisquer outras irregularidades não justificadas, poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, *garantidos o contraditório e ampla defesa*, as seguintes penalidades:

I- Multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do Contrato em caso de atraso na entrega do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis na substituição de produtos entregues com avarias ou com validade inferior ao exigido. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de atraso na entrega do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", do inciso I, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

15.3 A sanção de impedimento do direito de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Lima Campos poderá ser aplicada ao fornecedor juntamente com a de multa. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

15.4 As multas previstas neste contrato, serão descontadas após regular processo administrativo, dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.

15.5 Se não restarem pendentes valores a serem pagos ao fornecedor ou se os valores das multas forem superiores aos pagamentos devidos, fica o FORNECEDOR ou ADJUCATÁRIO



obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da notificação, devendo ser apresentado o comprovante de pagamento a esta Prefeitura Municipal, sob pena de cobrança judicial.

15.6 Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

15.7 A solicitação de prorrogação, com sua justificativa, deverá ser formulada por escrito e encaminhada com antecedência mínima de 01 (um) dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

15.8 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

15.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

15.10 As sanções acima previstas não impedirão a responsabilização do infrator pelo ressarcimento dos danos causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16.1 A inexecução, total ou parcial, deste contrato ensejará a sua rescisão, nos termos dos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, com as consequências contratuais previstas no mesmo instrumento legal, na Lei nº 10.520/02 e no Edital da licitação em epígrafe.

16.2 A rescisão do presente instrumento de contrato poderá ser na forma prevista no Art. 79, da Lei Federal nº. 8.666/93.

16.3 O CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o respectivo Contrato, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

17.1. Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do Pregão Eletrônico nº 039/2021 e neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

18.1. Fica estabelecido que, caso venha a ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, estes deverão ser resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

19.1 Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2021 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 002/2013, e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços da empresa vencedora passa a integrar este contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

20.1 A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre as quantidades, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS:

21.1. A troca eventual de documentos entre a contratante e a contratada, será realizada através de protocolo.

21.1.1. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

22.1 Este Contrato entrará em vigor após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, cabendo ao CONTRATANTE mandar providenciar esta publicação no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados a partir do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA DESTE INSTRUMENTO

23.1 Em conformidade com o artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos (se houver), será efetuada na imprensa oficial (art. 6º, XIII, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores), até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 O presente contrato é regido pela Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, e demais diplomas legais pertinentes.

24.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Pedreiras-MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

LIMA CAMPOS (MA), de de

(.....)
CONTRATANTE

(.....)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01. _____

CPF Nº _____

02. _____

CPF Nº _____